



Universidade Federal de Goiás  
Instituto de Matemática e Estatística  
Programa de Mestrado Profissional em  
Matemática em Rede Nacional



# A Educação Financeira como tema transversal na educação básica.

Simone de Souza Teixeira

Goiânia

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação      Tese

#### 2. Nome completo do autor

Simone de Souza Texeira

#### 3. Título do trabalho

**A Educação Financeira Como Tema Transversal na Educação Básica**

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM      NÃO<sup>1</sup>

**[1]** Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Geci José Pereira Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 05/05/2020, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **SIMONE DE SOUZA TEIXEIRA, Discente**, em 05/05/2020, às 20:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Simone de Souza Teixeira

**A Educação Financeira como tema  
transversal na educação básica.**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal de Goiás, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Matemática.

Área de Concentração: Matemática do Ensino Básico.

Orientador: Prof. Dr. Geci José Pereira da Silva.

Goiânia

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Teixeira, Simone de Souza

A Educação Financeira como tema transversal na educação básica  
[manuscrito] / Simone de Souza Teixeira. - 2020.  
VI, 89 f.

Orientador: Prof. Dr. Geci José prreira da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto  
de Matemática e Estatística (IME), Matemática, Goiânia, 2020.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui lista de figuras.

1. Educação Financeira. 2. Transversalidade. 3. Economia. 4.  
Finanças. I. Silva, Geci José prreira da, orient. II. Título.

CDU 51



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **05/2020** da sessão de Defesa de Dissertação de **Simone de Souza Teixeira**, que confere o título de Mestra em matemática, na área de concentração em Ensino de Matemática.

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte, a partir das 15 horas, por videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “**A Educação Financeira Como Tema Transversal na Educação Básica**”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Geci José Pereira da Silva (IME/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Alacyr José Gomes (IME/UFG) e membro titular externo; Élide Alves da Silva (UFCAT), **cuja participação ocorreu através de videoconferência**; Professor Doutor Geci José Pereira da Silva (IME/UFG), Professor Doutor Alacyr José Gomes (IME/UFG) e a Professora Doutora Élide Alves da Silva (UFCAT). Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata aprovada pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Geci José Pereira da Silva (IME/UFG), Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte.

#### TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Élide Alves Da Silva, Professora do Magistério Superior**, em 01/05/2020, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geci José Pereira Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 01/05/2020, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alacyr José Gomes, Professor do Magistério Superior**, em 01/05/2020, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial deste trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

**Simone de Souza Teixeira** graduou-se em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Goiás (Campus de Goiânia) em 2010 e trabalhou como professora do Ensino Básico da Secretaria Estadual de Educação de Goiás de 2010 a 2019, com efetiva atuação na cidade de Inhumas. Atualmente trabalha como Tutora Educacional pela Coordenação Regional de Educação de Inhumas.

*Dedico este trabalho a meu filho, NÍCOLAS SOUZA  
OLIVEIRA, que muito me alegrou nas horas difíceis.*

# Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir concluir mais uma etapa da minha carreira com sucesso e saúde.

Agradeço à minha família pela paciência e compreensão devido a minha ausência no decorrer deste trabalho.

Agradeço aos professores do IME, que muito contribuíram para que eu pudesse adquirir ainda mais conhecimento.

Agradeço meu orientador, professor Doutor Geci José Pereira da Silva, pela paciência, compreensão e pelas instruções que me foram atribuídas, sem elas este trabalho não teria qualidade.

Agradeço o Professor Doutor Alacyr José Gomes, pelas instruções, principalmete, na configuração do texstudio. Sem elas este trabalho ficaria menos atraente.

Agradeço a Professora Doutora Élide Alves da Silva, pelas pontuações feitas ao trabalho. A partir delas foi possível melhorar ainda mais a qualidade da escrita do trabalho.

Agradeço a todos os colegas que fizeram parte dessa trajetória, sem o carinho e a dedicação de todos em tentar ajudar ao próximo, seria impossível vencer todos os obstáculos.



“As crianças possuem imensa capacidade de aprendizagem e concebem a vida com leveza e disposição para ir além. Nelas, as resistências são menores e a motivação é sempre alta. Então cabe aos adultos fornecerem ferramentas adequadas para que elas desenvolvam a inteligência econômica.”(Bernadette Vilhena)

# Resumo

Neste trabalho , apresentamos resultados dos questionários, aplicados a professores e alunos de escolas da educação básica, abordando conhecimentos financeiros prévios dos envolvidos e a relação destes com os termos de Educação Financeira estudados nas escolas. No Capítulo 1, dedicamos ao entendimento do que é a Educação Financeira e como esta tem sido implementada no Brasil. No Capítulo 2, apresentamos os resultados e análises dos questionários aplicados aos alunos e professores da educação básica. No Capítulo 3, apresentamos alguns assuntos que em geral estão nas manchetes dos jornais e revistas e deste modo merecem atenção na escola ao abordar a Educação Financeira como tema transversal. Discutimos também os conceitos necessários para que o educando tenha autonomia para a leitura destes assuntos. Encerramos o trabalho consciente de que as pessoas não percebem o ciclo financeiro ao qual estão envolvidas. Não conseguem entender a maioria dos assuntos que fazem parte das manchetes diárias dos jornais e revistas e isto acaba interferindo no seu planejamento e qualidade de vida, bem com a sua capacidade de exercer uma cidadania plena. Deste modo, tona-se necessário colocar em ação o efetivo trabalho com a Educação Financeira nas escolas, visto que a implementação real desta proposta encontra-se em estágio inicial no Brasil, ou seja, praticamente ainda não saiu do papel.

## **Palavras-chave**

Educação Financeira. Transversalidade. Economia. Finanças.

# Abstract

In this work, we present the results of the questionnaires, applied to teachers and students of schools of basic education, addressing previous financial knowledge of those involved and their relationship with the terms of Financial Education studied in schools. In Chapter 1, we dedicate ourselves to understanding what Financial Education is and how it has been implemented in Brazil. In Chapter 2, we present the results and analyzes of the questionnaires applied to students and teachers of basic education. In Chapter 3, we present some subjects that are generally in the headlines of newspapers and magazines and therefore deserve attention at school when approaching Financial Education as a transversal theme. We also discussed the concepts necessary for the student to have autonomy to read these subjects. We finish our work aware that people do not understand the financial cycle in which they are involved. They fail to understand most of the issues that make up the daily headlines of newspapers and magazines and this ends up interfering with their planning and quality of life, as well as their ability to exercise full citizenship. Thus, it is necessary to put into practice the effective work with Financial Education in schools, since the real implementation of this proposal is at an early stage in Brazil, that is, it has practically not yet left the paper.

## **Keywords**

Financial education. Transversality. Economy. Finance.

# Lista de Figuras

1.1	<i>Temas contemporâneos transversais na BNCC</i> . . . . .	20
2.1	<i>Você reserva parte da sua renda mensal? (Respostas dos professores)</i> .	23
2.2	<i>Em relação ao seu perfil financeiro, você se considera mais: (Respostas dos professores)</i> . . . . .	24
2.3	<i>Seus pais (ou responsáveis) conversam com você sobre a importância de gerenciar adequadamente seu dinheiro? (Respostas dos alunos)</i> . . . . .	25
2.4	<i>Caso tenha algum conhecimento financeiro, como o adquiriu? (Respostas dos alunos)</i> . . . . .	25
2.5	<i>Que assunto financeiro é mais discutido em sua família? (Respostas dos alunos)</i> . . . . .	26
2.6	<i>Você considera necessário implementar na escola uma disciplina voltada para a Educação Financeira? (Respostas dos alunos)</i> . . . . .	26
2.7	<i>Na sua opinião, o conteúdo de Matemática Financeira visto na escola possibilita uma boa Educação Financeira? (Respostas dos alunos)</i> . . .	27
2.8	<i>Na sua opinião, o conteúdo de Matemática Financeira visto na escola possibilita uma boa Educação Financeira? (Respostas dos professores)</i> .	27
2.9	<i>Você considera necessário implementar uma abordagem significativa de Educação Financeira nas escolas? (Respostas dos professores)</i> . . . . .	28
2.10	<i>Você compreende o significado de “Educação Financeira”? (Respostas dos alunos)</i> . . . . .	28
2.11	<i>Você já fez algum tipo de empréstimo? (Respostas dos professores)</i> . . .	29
2.12	<i>Você recomenda que outras pessoas façam empréstimos? (Respostas dos professores)</i> . . . . .	30
2.13	<i>Você usa frequentemente o cartão de crédito? (Respostas dos professores)</i>	30

2.14	<i>Você acha importante que as pessoas tenham e usem o cartão de crédito? (Respostas dos professores)</i> . . . . .	30
2.15	<i>Você, independente da disciplina que ministra, se considera capaz de contribuir de forma significativa com o ensino de Educação Financeira? (Respostas dos professores)</i> . . . . .	32
2.16	<i>Você compreende o conceito de distribuição de renda? (Respostas dos professores)</i> . . . . .	33
2.17	<i>Você compreende o conceito de distribuição de renda? (Respostas dos alunos)</i> . . . . .	33
2.18	<i>Quando você tem acesso a reportagens com assuntos voltados para a economia do país, você consegue compreender com segurança? (Respostas dos alunos)</i> . . . . .	34
3.1	<i>Representação gráfica do Índice de Gini.</i> . . . . .	40
3.2	<i>Índice de Gini no Brasil.</i> . . . . .	45
3.3	<i>Índice de Gini no Brasil.</i> . . . . .	46
3.4	<i>Mapa-múndi regionalizado com base no Índice de Gini.</i> . . . . .	47
3.5	<i>Rendimento médio mensal do trabalho: Distribuição da população por classe de renda.</i> . . . . .	50
3.6	<i>Composição do rendimento mensal.</i> . . . . .	53
3.7	<i>Evolução anual da inflação de 1945 a 2019 (%).</i> . . . . .	55
3.8	<i>Evolução anual da inflação de Janeiro de 1994 a Dezembro de 1995 (%).</i>	56
3.9	<i>Evolução anual da inflação de 1996 a 2018 (%).</i> . . . . .	58
3.10	<i>Desempenho médio em letramento financeiro.</i> . . . . .	63
3.11	<i>Tipo de dívidas (% de famílias)</i> . . . . .	66

# Sumário

<b>Introdução</b>	<b>7</b>
<b>1 Educação Financeira: Uma abordagem.</b>	<b>12</b>
1.1 Educação Financeira no mundo . . . . .	14
1.2 Educação Financeira nas escolas brasileiras . . . . .	16
1.2.1 Os conteúdos de Matemática Financeira visto nas escolas e a vida prática do aluno . . . . .	16
1.2.2 O que é ensinado atualmente sobre Educação Financeira nas es- colas? . . . . .	17
<b>2 Resultados e análises dos questionários aplicados</b>	<b>22</b>
<b>3 Assuntos a serem abordados na escola de forma transversal</b>	<b>36</b>
3.1 Distribuição de renda . . . . .	36
3.2 Índice de Gini . . . . .	38
3.3 Comparando a distribuição de renda e riqueza em diversos países . . . . .	42
3.4 Como está distribuída a renda no Brasil? . . . . .	44
3.5 Concentração de riqueza no Brasil . . . . .	48
3.6 Tributação sobre a renda e o consumo dos brasileiros . . . . .	50
3.7 O custo de vida do trabalhador brasileiro . . . . .	52
3.8 Histórico da inflação no Brasil nas últimas décadas. . . . .	54
3.9 Inadimplência no Brasil . . . . .	59
3.10 Analfabetismo financeiro . . . . .	60
3.11 Venda do dinheiro por parte dos bancos . . . . .	64
3.12 A influência dos meios de comunicação na persuasão ao consumismo . . . . .	67
<b>Considerações finais</b>	<b>70</b>

Referências bibliográficas	74
Apêndices	80
A Questionário para os professores	81
B Questionário para os alunos	86

# Introdução

No final do século XX, o Brasil passou por grandes oscilações no que se refere ao registro da inflação. Nas décadas de 80 e 90 os valores de produtos e serviços aumentavam drasticamente de modo que não se tinha controle sobre o valor das mercadorias. Pela falta de estabilidade nos preços, a população brasileira começou a criar estratégias para driblar a crise, ao menor sinal de aumento de preços, por exemplo, corriam e gastavam tudo que tinham. Compras de supermercado começaram a ser feitas para estoque, pois o aumento nos preços ocorriam rapidamente. Muitas foram as tentativas para solucionar a situação econômica do país, mas poucos foram os resultados. A estabilidade veio apenas ao final da década de 90 com a nova moeda em circulação, o Real, mas os hábitos adquiridos nesse período continuaram sendo praticados e penalizam a população até os dias atuais.

A partir da estabilização da economia a oferta de linhas de crédito aumentou de forma exorbitante, mas a atitude por parte da população em relação ao uso inconsciente do dinheiro não mudou. Pessoas começaram a ter e utilizar contas bancárias, os bancos comerciais começaram a oferecer facilidade nas linhas de crédito e a procura pelo consumo começou a ficar cada vez mais evidente. Assim, de acordo com Araújo e Calife [2], as pessoas começaram a usar o que estava disponível de forma exagerada, acreditando poder aproveitar as oportunidades. Passaram a consumir o que necessitavam e também o que acreditavam poder possuir devido à facilidade em adquirir produtos e serviços.

Esse consumo desenfreado tem causado danos enormes visto que tem criado até os dias atuais, dentre outras coisas, altos índices de inadimplência. Esse fator é bastante prejudicial ao consumidor pois acaba criando obstáculos para reais necessidades financeiras que possam vir a surgir na vida dos envolvidos. Além disso, o mesmo pode ainda



ter problemas para realizar compras por crediário e abrir uma conta em um banco por exemplo.

A inadimplência é um problema também para quem oferece o crédito fácil. Para as empresas, por exemplo, a falta de entrada de dinheiro em caixa pode afetar seu funcionamento, fazendo com que tenham que conter gastos. Isso pode culminar na demissão de funcionários, fazendo com que aumente o número de desempregados. Já para os bancos à medida em que as pessoas deixam de pagar suas dívidas, os mesmos vêm-se forçados a aumentar os juros na tentativa de recuperar o prejuízo. Neste caso também é aumentado o *spread* bancário, ou seja, a diferença entre o que os bancos pagam na captação de recursos e o que eles cobram ao conceder um empréstimo para uma pessoa física ou jurídica.

Conforme explicitado, percebe-se que a questão da inadimplência gera um ciclo vicioso, pois com taxas mais elevadas a população terá mais dificuldades de quitar as dívidas existentes. Além disso pode vir a ocorrer uma diminuição do número de pessoas que desejam adquirir novas dívidas e empréstimos pela alta nas taxas, o que também pode ser prejudicial do ponto de vista dos bancos.

Para aprender a lidar de forma consciente com as finanças pessoais e/ou coletivas, é necessário fazer um bom planejamento financeiro, planejamento este que requer conhecimentos específicos que talvez um cidadão comum não consiga compreender sozinho. Na hora de fazer compras ou realizar empréstimos, precisamos responder para nós mesmos questões como: Como está a inflação? As taxas de juros estão de acordo com o que está sendo cobrado? as parcelas cabem no meu bolso? Tenho condições de adquirir esse bem?. Ou quando resolvemos economizar dinheiro, devemos pensar em situações como: Como poupar? Onde e como investir? Qual aplicação é mais vantajosa? É conveniente tal investimento?

Outro ponto a ser colocado é a forma com que as pessoas recebem e se apropriam das informações que são colocadas diariamente na mídia sobre assuntos políticos e econômicos. Segundo Bessa [4], as pessoas não compreendem com clareza assuntos que envolvem distribuição de renda, inflação, economia, etc, e isso afeta diretamente o modo como participam de tomadas de decisões.

Essas são apenas algumas situações que requerem conhecimento financeiro e análise de oportunidades que nem sempre são trabalhadas previamente com as pessoas. Algumas até tem a oportunidade de aprender com familiares ou com vivências diárias, mas sabemos que grande parte da população brasileira se mostra fragilizada com relação a esses assuntos. Nesse sentido, o trabalho com a Educação Financeira nas escolas como tema transversal se faz extremamente necessário, pois é a partir dele que as pessoas terão a oportunidade de gerenciar suas próprias finanças, podendo analisar riscos e oportunidades de mercado. Podem fazer compras e investimentos de forma segura sem precisar cair em tentações, e, acima de tudo, adquirir conhecimento para compreender e lidar com assuntos socioeconômicos que afetam diretamente o modo como essas pessoas vivem.

A proposta é que a Educação Financeira seja efetivada e consolidada em todas as escolas de educação básica brasileiras e que seja trabalhada de forma transversal e transdisciplinar para que todos os educadores, cada qual com sua especialidade, possam contribuir e fazer com que tenhamos pessoas mais informadas e conscientes. No trabalho com a Educação Financeira devem ser abordadas questões como: Histórico da inflação; Aspectos sociais e consequências dos diversos planos econômicos; juros; parcelamentos; Financiamentos; Créditos; Investimentos; Análises de mercado; Movimentações bancárias; Tomadas de decisões; etc. Além disso, devem ser debatidos assuntos voltados para a compreensão de termos políticos, econômicos e sociais para que as pessoas possam ser capazes de analisar, com clareza, os debates postos diariamente pelos meios de comunicação, podendo participar ativamente de decisões. Dentre tais assuntos citamos a má distribuição de renda e tributações sobre a mesma, variações no mercado financeiro, oferta e uso de linhas de crédito, formas de persuasão ao consumismo, etc.

Tendo em vista que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), disponível em Planalto [25], impõe a obrigatoriedade do acesso ao ensino básico gratuito a todas as pessoas até os 17 anos de idade, ao efetivar o ensino da Educação Financeira como vivência nas escolas, teríamos a segurança que as pessoas estariam sendo preparadas para lidar com as situações descritas anteriormente. Com isso é esperado que, com o passar do tempo, as pessoas possam melhorar o modo como administram sua vida financeira. Se não fizerem escolhas corretas, que saibam ao menos analisar propostas.

Apresentamos a seguir como se encontram distribuídos os assuntos abordados neste trabalho para que tenhamos uma visão geral dos debates e da proposta apresentada.

No primeiro capítulo optamos por analisar o conceito de Educação Financeira e o modo como a mesma tem sido implementada no Brasil. Começamos por defender uma visão de Educação Financeira e, posteriormente, mostramos como esta tem sido efetivada em alguns países. Em seguida propomos uma reflexão sobre o modo com que o trabalho com a Matemática Financeira tem se relacionado com a vida prática do aluno e a relação da mesma com o que é tratado de fato como Educação Financeira. Por último, fizemos um debate sobre o modo como essa proposta tem se concretizado nas escolas brasileiras.

No Segundo capítulo fizemos uma análise dos resultados obtidos nos questionários aplicados a professores e alunos de escolas públicas da educação básica. Tal questionário foi aplicado no intuito de buscar o nível de compreensão que professores e alunos tem em relação a assuntos políticos, econômicos e financeiros. A partir dos dados obtidos nas respostas dos questionários, foram elaborados gráficos de setores e a partir deles realizadas críticas e comparativos. Mostramos também que no decorrer da investigação foram observadas muitas contradições entre respostas às questões relacionadas ao mesmo assunto. Tais equívocos são observados tanto nas respostas dos professores quanto nas dos alunos, o que nos leva a concluir que existe pouco conhecimento sobre os assuntos pesquisados. Isto nos faz perceber a importância de propor que a Educação Financeira seja incorporada como tema transversal nas escolas brasileiras da educação básica.

No terceiro e último capítulo trazemos os assuntos que estão presentes na mídia, mas que nem sempre são compreendidos pelo público ao qual são destinados. Esses são os assuntos que entram como proposta para o transversalidade na educação básica. Iniciamos apresentando o conceito de distribuição de renda e também o instrumento (Índice de Gini) que permite dizer como está a distribuição de renda de determinado país e/ou região. Depois realizamos uma breve comparação da distribuição de renda de alguns países bem como a inserção do Brasil neste contexto. Em seguida, mostramos de forma mais específica o modo como tem sido distribuída a renda dos brasileiros no decorrer dos anos e conseqüentemente a concentração das mesmas. Posteriormente, analisamos o modo como são feitas as tributações sobre o consumo dos brasileiros e

examinamos o custo de vida do dos mesmos, para que pudéssemos comparar com o que acontece em outros países.

Mostramos também a atual situação do nosso país no que se refere ao endividamento e ao consumismo. Fizemos um breve histórico da inflação brasileira nas últimas décadas e mostramos como isso tem se refletido no modo como as pessoas administram seus gastos atualmente. Depois procuramos apontar dados verídicos e mensuráveis sobre a situação de inadimplência e de analfabetismo financeiro os quais são realidade para grande parte da população brasileira. E por último buscamos expor o modo com que os bancos utilizam da situação posta para lucrar com o gasto excessivo dos brasileiros, tendo como grandes aliada os meios de comunicação que induzem as pessoas ao consumo exacerbado.

Por fim, nas considerações finais, procuramos apontar soluções, de forma sucinta, que possam contribuir com o processo de ensino-aprendizagem na educação básica e com a vida da população brasileira como um todo, para que tenhamos uma sociedade mais influente e participativa em diferentes contextos.

Este trabalho propõe reflexões sobre o processo de ensino-aprendizagem e questionamentos sobre o modo com que os brasileiros tem lidado com as próprias finanças e com os assuntos postos pela mídia. Busca ponderar o modo como as pessoas tem absorvido e transmitido esses temas na vida prática e compreender a real necessidade de se trabalhar de forma consistente a Educação Financeira nas escolas.

# Capítulo 1

## Educação Financeira: Uma abordagem.

Ao se deparar com situações diárias que envolvam tomadas de decisões referente a finanças pessoais e/ou familiares, estamos diante de um problema que aflige milhares de pessoas todos os dias. O modo como se comportam com suas finanças pessoais está diretamente ligado ao modo como vivenciaram experiências anteriores, sendo elas familiares ou não. Portanto, é necessário que a escola desempenhe um papel ativo na formação dos estudantes, capacitando-os para que possam fazer um bom planejamento financeiro e que tenham condições de entendimento dos vários assuntos que os atingem diariamente. Para isto, é necessário refletir sobre o que se entende por Educação Financeira. Segundo Saito [28]:

A Educação Financeira pode ser entendida como um processo de conhecimento que permite o aprimoramento da capacidade financeira dos indivíduos, de modo que estes possam tomar decisões fundamentadas e seguras, tornando-os mais integrados à sociedade com uma postura proativa na busca de seu bem estar.

Partindo deste princípio, uma boa Educação Financeira é aquela que possibilita ao indivíduo fazer escolhas a partir de informações confiáveis, avaliando tanto as possibilidades quanto os riscos envolvidos em determinadas situações. Ela proporciona a formação de pessoas conscientes e comprometidas. Seus reflexos podem alcançar

desde a organização financeira de famílias até mesmo a estruturação de uma sociedade como um todo, a partir da tomada de decisões da vida prática de forma mais crítica e participativa.

Todo indivíduo é influenciado financeiramente pela vivência em sociedade, pois desde que nascemos acompanhamos o modo com que nossos pais e/ou responsáveis lidam com o dinheiro da família, além de observar a movimentação do comércio e a rotina diária de pagamentos e compras. Desse modo, querendo ou não, adquirimos competências que nos permitem gerir a própria vida financeira. Mas, o que poucos percebem é que nem sempre o modo como aprendemos na vivência é o modo correto diante do mercado financeiro.

Muitas pessoas acreditam que o dinheiro que se ganha hoje deve ser gasto hoje e isso é uma ilusão que tem se arrastado por muito tempo. Isso tem feito com que as pessoas percam o controle de seus ganhos e gastos, acabando por se tornar vítimas fáceis da inadimplência, principalmente. Nesse contexto, a escola pode e deve assumir um papel fundamental que é o de orientar seus alunos sobre como lidar com assuntos financeiros e tomar decisões conscientes no decorrer da vida. Nesse sentido, Vinha [40] afirma que:

[...] independentemente de a família desempenhar seu papel, a escola necessita educar seus alunos para a vivência em uma sociedade democrática e contemporânea, atuando na socialização secundária. Não podemos continuar esperando por alunos ideais como pré-requisito para que possamos ter êxito nessa tarefa.

A escola é formadora de opiniões e, se as famílias não conseguem assumir essa responsabilidade, devemos trabalhar a inversão e/ou a complementação de valores. A escola deve promover um trabalho efetivo e prático, fornecendo conhecimentos escolares às crianças e adolescentes, para que estes também consigam orientar suas famílias e demais membros da sociedade. Esse processo traria resultados positivos, pois reduziria de forma significativa os fatores de riscos sociais e também do mercado financeiro que os envolve. Vinha [40] expressa:

Eu não desprezo a educação paterna e materna, mas tampouco vamos pensar que todos os pais têm ideias que devem ser perpetuadas. Se os pais ensinam coisas boas é ótimo, senão, a sociedade tem que ensinar, porque os valores que devem ser transmitidos não são apenas valores familiares, são valores sociais.

A educação infantil principalmente, trabalha na formação de valores e hábitos que o indivíduo carregará por toda sua vida conjuntamente com a educação familiar. A formação desses valores deve ser continuada por toda a vida, juntamente com a associação de hábitos de consumo conscientes aliados às práticas do dia a dia, a fim de que se possa buscar melhorias para a sociedade como um todo.

Nesse sentido, o trabalho com a Educação Financeira deve ser feito de modo contínuo, começando com situações simples na fase inicial da educação básica e se desmembrando em um conhecimento mais sistemático nos anos finais, mas sem perder de vista seus objetivos.

## 1.1 Educação Financeira no mundo

Em países como os Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia e em alguns países da América Latina, da Europa Central e Oriental, segundo Saito [28], o processo de Educação Financeira está mais desenvolvido, sendo que no primeiro, a Educação Financeira é obrigatória no Ensino fundamental desde 1985. Em países do Reino Unido, a Educação Financeira não é obrigatória no currículo escolar. De modo geral, cada país desenvolve seu currículo e coloca nele os conteúdos que admitem como básico e necessário para o desenvolvimento da nação. BCB [3] coloca ainda que:

Na Espanha, por exemplo, um estudo de impacto de programa de Educação Financeira nas escolas indicou aumento estatisticamente significativo na consciência dos alunos sobre o valor atual dos recursos e as consequências futuras de escolhas presentes. Já no Reino Unido, um estudo longitudinal apontou que habilidades cognitivas, relacionadas à leitura e matemática, e comportamentais, como extroversão e colaboração, são fortes preditoras de bons resultados financeiros na vida adulta. Ensinar educação financeira nas escolas parece ser uma das formas mais eficientes de criar uma geração com a cultura do uso consciente do dinheiro [...].

Trabalhar a Educação Financeira nas escolas não é novidade quando se trata de países desenvolvidos. Em países de primeiro mundo é comum haver uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos, que inclui o trabalho com Educação Financeira, o que não ocorre em grande parte dos países emergentes e subdesenvolvidos. Um exemplo expressivo dessa educação de qualidade é tratado no trecho abaixo, citado por Garcia [13]:

A política educativa norueguesa tem raízes no princípio dos direitos iguais à educação para todos os membros da sociedade, sem relevância para as origens sociais e culturais ou o local da Noruega em que vivem. É papel das escolas transmitir conhecimentos e cultura, assim como promover a mobilidade social e proporcionar uma base para a criação de riqueza e assistência social para todos.

A Noruega é apontada como o país mais próspero do mundo e se destaca em diversas pesquisas por apresentar dados, como por exemplo o IDH, sempre acima da média da OCDE. Foi um dos poucos países a enfrentar a crise global sem grandes impactos e, nas últimas eleições o único debate era o que fazer com o dinheiro que sobra nos cofres públicos. De acordo com Yazbek [41], em um dos mais extensos estudos sobre educação financeira, realizado em 144 países do mundo, a Noruega lidera o ranking ficando na primeira colocação como o país com o índice mais elevado de Educação Financeira no mundo, seguida da Dinamarca e da Suécia. A pesquisa também apontou que o nível de Educação Financeira dos brasileiros está muito abaixo do esperado. O Brasil ocupou a 74ª colocação ficando abaixo até mesmo de alguns países considerados como mais pobres do mundo. Yasbek [41] explica que:



A pesquisa investigou se os entrevistados de cada país dominavam quatro conceitos financeiros básicos: aritmética, diversificação de risco, inflação e juros compostos [...] Os respondentes eram considerados educados financeiramente quando conseguiam responder corretamente ao menos três das cinco perguntas, desde que as respostas demonstrassem o domínio do entrevistado em ao menos três dos quatro conceitos financeiros básicos estudados.

Segundo os dados, foram realizadas perguntas cujas respostas não dependiam da localidade dos indivíduos participantes. Assim, os resultados puderam ser consolidados de modo uniforme e sem indução. Um dos principais apontamentos dessa pesquisa foi a discrepância do nível de Educação Financeira entre homens e mulheres e também entre pessoas de alta e baixa renda, o que sugere que devem ser tomadas providências a respeito desse assunto, visto que essa questão pode influenciar nitidamente a economia de um país. Uma população que consegue tomar boas decisões financeiras, tem mais condições de interferir sistematicamente em diferentes áreas da sua vida e bem como participar ativamente das decisões políticas do país.

## **1.2 Educação Financeira nas escolas brasileiras**

### **1.2.1 Os conteúdos de Matemática Financeira visto nas escolas e a vida prática do aluno**

De acordo com o Currículo de Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás (2015), a Matemática Financeira trabalhada no ensino médio engloba o estudo de: porcentagens; fator de atualização; acréscimos e descontos sucessivos; juros simples; juros compostos; Relação entre juros e funções. Na maioria das vezes, a forma como os conteúdos são abordados nas salas de aula é a mesma que é abordada no livro didático, sem muita relação com o dia a dia das pessoas. Silva [30] critica esse posicionamento afirmando que:

Tornar a matemática que é ensinada nas salas de aula em algo que possa ser percebido presente na sua vida é um dos maiores desafios impostos aos professores. A mera repetição mecânica de exercícios ou memorização excessiva de fórmulas fora de um contexto real tem criado uma barreira entre os alunos e uma aprendizagem significativa.

Estamos cercados de informações o tempo todo e o dever da escola é fornecer condições suficientes para que o indivíduo consiga, pelo menos, compreender com clareza tais informações. Todos os conceitos trabalhados em sala de aula, muitas vezes, não possibilitam ao aluno compreender dados sobre distribuição de renda, inflação, impostos, financiamentos, etc. É preciso buscar meios de inserir esse tipo de discussão em sala de aula, possibilitando aos estudantes a compreensão das informações e os debates postos diariamente nos meios de comunicação, bem como proporcionar aos mesmos condições suficientes para tomar decisões acertadas a cerca de empréstimos, financiamentos, aplicações, movimentações bancárias, o uso consciente do cartão de crédito, etc.

Enfim, o modo como todos esses assuntos são tratados nas escolas podem contribuir significativamente para a construção de uma população mais ativa e uma sociedade mais consciente. Não se pode pensar na Educação Financeira como uma responsabilidade somente do Professor de Matemática, mas sim como um assunto transversal na escola. Deste modo, torna-se necessário proporcionar a todos os professores a formação adequada para trabalhar Educação Financeira dentro do contexto da sua disciplina. O ideal seria que todos os professores, considerando a sua área, pudessem se envolver e trabalhar esses conceitos de forma bem elaborada com exemplos contextualizados ao cotidiano dos estudantes, ou seja de forma transversal.

### **1.2.2 O que é ensinado atualmente sobre Educação Financeira nas escolas?**

Grande tem sido as lutas no tocante à inserção de aulas de Educação financeira nas escolas brasileiras da educação básica. Várias leis foram criadas, principalmente nos últimos anos, com o objetivo de se trabalhar a Educação Financeira como conteúdo de

caráter obrigatório nas escolas. Materiais de apoio foram distribuídos nas escolas para esse fim, mas a implantação efetiva ainda não foi viabilizada.

Em 2010, foi publicado o Decreto Federal número 7.397/2010, através do Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), que criou a Estratégia de Educação Financeira (ENEF) como forma de contribuir para o fortalecimento da cidadania, promovendo ações de Educação Financeira. Em 2017, segundo Conef[9], 60 países já haviam criado suas Estratégias Nacionais de Educação Financeira ou teriam avançado em projetos na área.

De acordo com a deliberação nº 19, de 16 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial da união, segundo União [35], o Conef decidiu:

Aprovar o direcionamento estratégico do Programa Educação Financeira nas Escolas, e estabelecer [...] até 2024, a integração do tema educação financeira na cultura escolar brasileira, de modo que professores, alunos e gestores desenvolvam e vivenciem projetos e atividades sobre a temática, no cotidiano nas escolas.[...] tornar o Programa Educação Financeira nas Escolas uma política pública apoiada na referência curricular brasileira (Base Nacional Comum Curricular - BNCC), inserindo a temática na cultura escolar ainda na vigência do atual Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Nos termos do art. 1º do precitado diploma legal, o PNE tem vigência de 10 (dez) anos, devendo ser concluído até 2024.

As novas propostas inseridas na BNCC [5], principalmente na área de matemática e suas tecnologias, tendem a garantir que a escola e a vida prática do aluno caminhem juntas e de modo a contemplar as necessidades da comunidade na qual estão inseridos. Uma dessas propostas, referente à finanças, fica evidenciada por BNCC [5]:

Outro aspecto a ser considerado nesta unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing. Essas questões, além de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, podem se constituir em excelentes contextos para as aplicações dos conceitos da Matemática Financeira e também proporcionar contextos para ampliar e aprofundar esses conceitos.

Nesse sentido, não somente a Educação Financeira ganha destaque, mas também propostas de transdisciplinaridade, vivências, etc. A proposta é conduzir a população a participar efetivamente da economia do país, compreendendo o que de fato acontece a fim de poderem utilizar as oportunidades de forma satisfatória, como meio pra consumir conscientemente. Para enfatizar que as escolas tem um dever ainda maior no desenvolvimento deste trabalho, BNCC [5] afirma que:

Para atender às necessidades de formação geral, indispensáveis ao exercício da cidadania e à inserção no mundo do trabalho, e responder à diversidade de expectativas dos jovens quanto à sua formação, a escola que acolhe as juventudes tem de estar comprometida com a educação integral dos estudantes e com a construção de seu projeto de vida.

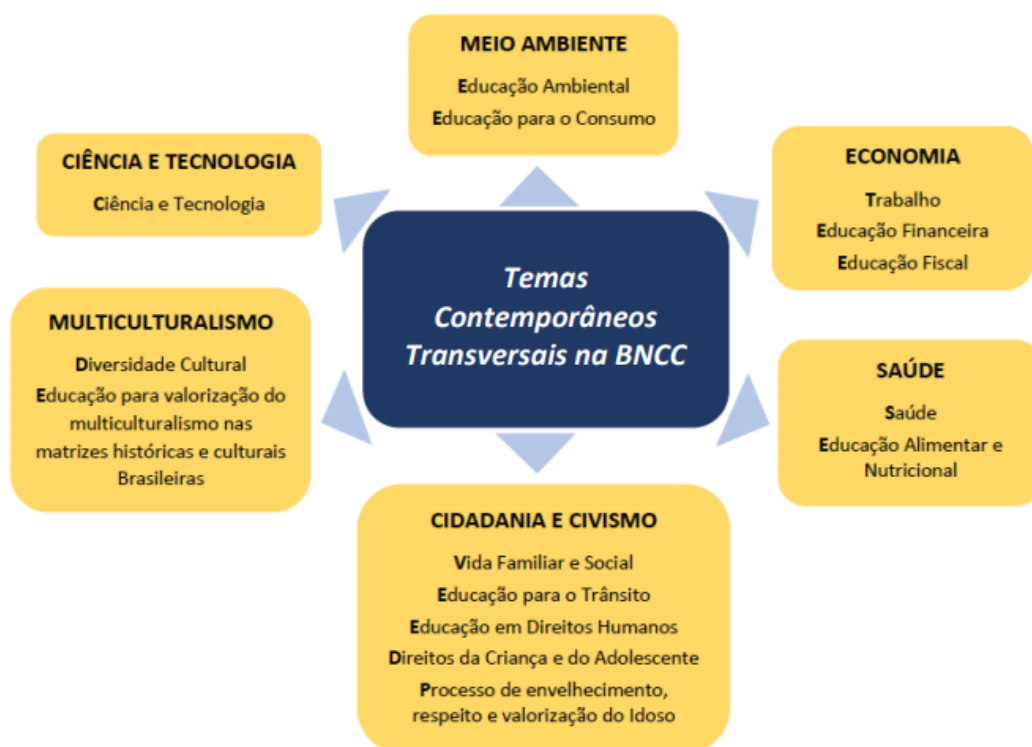
Formar integralmente envolve trabalhar o ser humano de forma completa, preparando o mesmo para atuar além das necessidades escolares. As escolas devem atuar de modo a abordar valores e ética, complementando a educação promovida pela família. Também desempenham um papel de destaque na formação para o mundo do trabalho e situações corriqueiras do dia a dia. Devem desenvolver habilidades que possibilitem ao indivíduo tomar decisões acertadas. A matemática a ser trabalhada nas escolas é aquela que propicie uma integração com a realidade do aluno, onde este possa, segundo

BNCC [5]:

Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na análise de problemas sociais, como os voltados a situações de saúde, sustentabilidade, das implicações da tecnologia no mundo do trabalho, entre outros, mobilizando e articulando conceitos, procedimentos e linguagens próprios da matemática.

A partir da aprovação da BNCC em 2017, vários temas transversais, agora denominados temas contemporâneos transversais, passaram a compor o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos têm direito, conforme mostra a figura 1.1.

Figura 1.1: *Temas contemporâneos transversais na BNCC*



Fonte: *Base Nacional Comum Curricular*

Observa-se que a Educação Financeira está incluída em temas relacionados à econo-

mia e deve ser trabalhada no ensino básico. Mas será que esta prática já está em fase de implementação nas escolas? Os professores estão preparados para trabalhar com esses assuntos? Como são atribuídas as formações necessárias para que os professores possam efetivar essa vivência em sala de aula?

Por esses e outros questionamentos, torna-se indispensável investigar o modo como professores e alunos compreendem e aplicam os conhecimentos relacionados a Educação Financeira. Devemos compreender como andam as questões de formação e preparo dos professores dentro das escolas para trabalhar ações que torne esse trabalho satisfatório e proveitoso.

## Capítulo 2

# Resultados e análises dos questionários aplicados

Objetivando analisar a percepção de alunos e professores sobre assuntos econômicos e financeiros e a influência da educação escolar nesse contexto, foi realizada uma pesquisa com professores e alunos do ensino básico de algumas escolas da rede pública. Tal pesquisa buscou investigar um pouco dos conhecimentos financeiros prévios dos envolvidos e a relação destes com termos de Educação Financeira abordados nas escolas. A pesquisa foi realizada por meio eletrônico, onde professores e alunos receberam o questionário por email e puderam contribuir significativamente para a pesquisa em questão. O método foi escolhido por facilitar a distribuição, coleta e análise de dados, além de possibilitar a utilização da tecnologia para fins totalmente pedagógicos. Tal método é defendido por Vieira, Castro e Júnior [38], que afirmam:

[...]as pesquisas realizadas com auxílio da Internet estão ficando cada vez mais populares entre os pesquisadores, principalmente devido às suas vantagens, entre as quais figuram os menores custos, rapidez e a capacidade de atingir populações específicas, assim como, do ponto de vista do respondente, é possível responder da maneira que for mais conveniente, no tempo e local de cada um.

Uma desvantagem observada em utilizar esse método para coleta de dados, que também é defendida por tais autores é a baixa participação dos pesquisados. A pesquisa

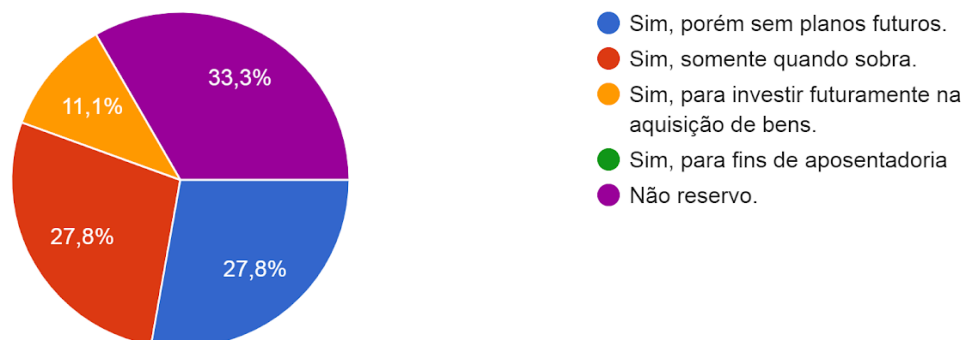
foi direcionada a mais de 100 pessoas, entre professores e alunos, e obtivemos apenas 34 respostas, sendo de 18 professores e 16 alunos.

O questionário atribuído aos alunos continha assuntos referentes à leitura e compreensão de termos econômicos e também à tomada de decisões sobre finanças. Do mesmo modo, o questionário atribuído aos professores compreendia os mesmos assuntos, porém procurava verificar de modo mais consistente o conhecimento deles em relação à percepção de Educação Financeira nas escolas. Neste contexto, procuramos analisar a visão dos professores sobre como tais assuntos poderiam contribuir de modo significativo para o aprendizado global dos alunos e para uma boa Educação Financeira dos estudantes.

Depois de aplicar os questionários, os dados coletados foram organizados e analisados por meio de gráficos de setores. A seguir, os apresentaremos e faremos comentários de modo a instigar o leitor a refletir sobre como tais assuntos são tratados diariamente e sobre a postura de professores e alunos diante disso. Que através deles seja possível interpretar as atitudes assumidas pela população brasileira diante de situações que envolvam tomada de decisões e, a partir daí, compreender a necessidade da proposta de um efetivo trabalho com a Educação Financeira nas escolas. Todos os gráficos foram elaborados a partir dos dados coletados.

Quando questionados se reservam parte da sua renda mensal, 33,3% dos professores assumem não poupar, isso pode comprometer o equilíbrio de suas vidas financeiras. A figura 2.1 nos mostra claramente as porcentagens dos professores que reservam ou não parte de sua renda mensal, além de apontar alguns motivos pelos quais eles fazem isso.

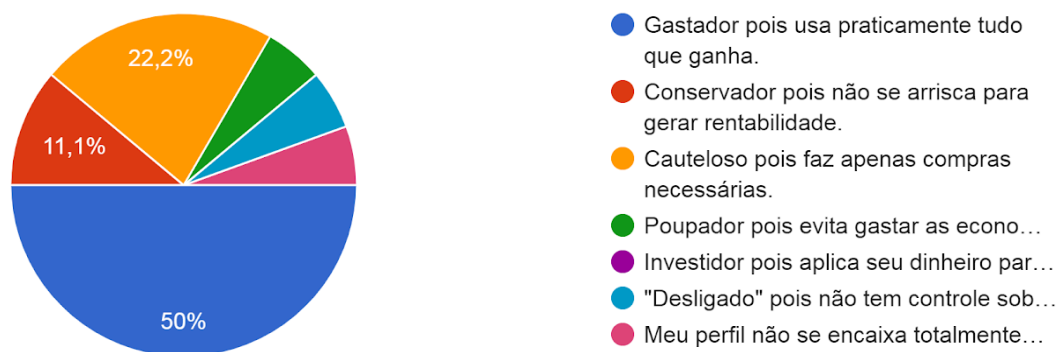
Figura 2.1: *Você reserva parte da sua renda mensal? (Respostas dos professores)*





Guardar, mesmo que uma pequena porcentagem do que se ganha, pode ajudar em pequenos imprevistos que possam surgir, evitando a contração de empréstimos e possíveis endividamentos posteriores. Tais resultados evidenciados se tornam ainda mais notórios quando, de acordo com a figura 2.2, 50% dos professores assumem ter um perfil gastador. Este fator pode trazer problemas para os respondentes pois, ao gastar tudo que ganham, ficam sujeitos a adquirir dívidas futuras no caso de uma emergência, por exemplo. Essa preocupação não se aplica apenas aos professores, mas enfatizamos tal categoria visto que são formadores de opinião.

Figura 2.2: *Em relação ao seu perfil financeiro, você se considera mais: (Respostas dos professores)*



Tanto os pais quanto nós educadores devemos prezar pelo exemplo. Assim sendo, se os próprios educadores demonstram ser gastadores, dificilmente conseguirão ensinar o contrário a seus alunos. Mas os pais também não devem se isentar dessa responsabilidade. Eles deveriam ser os maiores responsáveis pela formação de hábitos e valores dos próprios filhos. Já dizia Teixeira [33], “os pais devem se preparar para condicionar seus filhos para lidar com as finanças desde cedo, mas para que isso aconteça é necessário que deem exemplo”.

Passando a analisar algumas respostas dos alunos, de acordo com as figuras 2.3 e 2.4, verifica-se que existe diálogo envolvendo a importância de gerenciar adequadamente o dinheiro e que o conhecimento financeiro que eles possuem vem da família em 68,8% dos casos

Figura 2.3: *Seus pais (ou responsáveis) conversam com você sobre a importância de gerenciar adequadamente seu dinheiro? (Respostas dos alunos)*

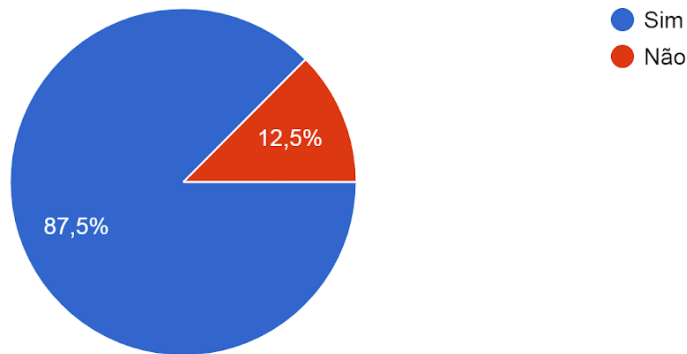
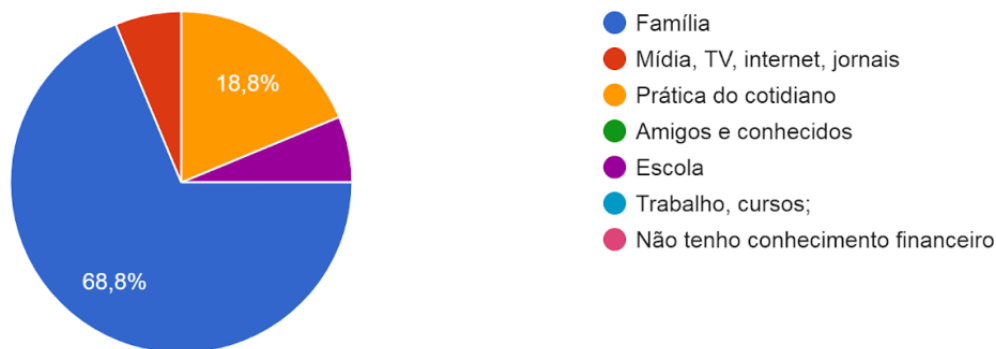


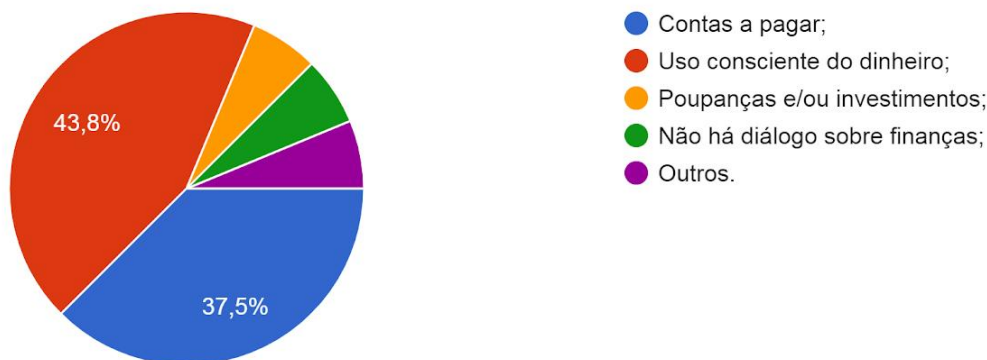
Figura 2.4: *Caso tenha algum conhecimento financeiro, como o adquiriu? (Respostas dos alunos)*



Quando é questionado o assunto financeiro mais discutido em família, o tópico “contas a pagar” ganha destaque na figura 2.5. Não é o que lidera o *Ranking* das porcentagens, mas é uma quantidade significativa. Este apontamento pode ser positivo ou negativo dependendo do verdadeiro motivo pelo qual tal assunto é bastante discutido em família. Poderia ser considerado positivo se a discussão fosse pela preocupação dos pais em ensinar os filhos uma forma coerente de administrar os ganhos e distribuí-los nas contas necessárias da família. Mas também pode ser considerado negativo, visto que esse assunto pode estar sendo discutido na família por encontrar-se endividada. Esse ponto deveria ter sido levantado no questionário, mas só foi percebida a sua importância no decorrer da análise crítica dos mesmos.

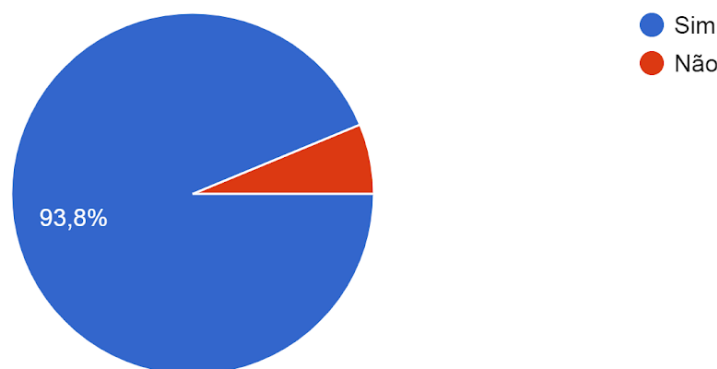
Figura 2.5: *Que assunto financeiro é mais discutido em sua família? (Respostas dos*

*a*



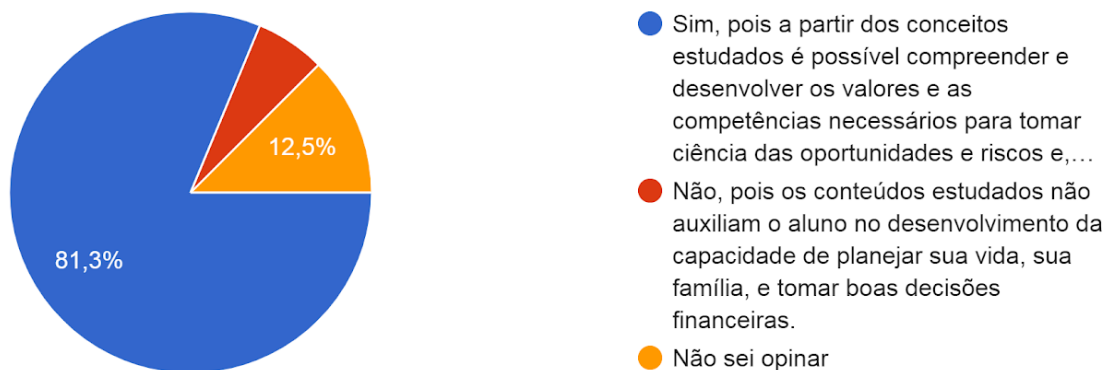
Apesar de tudo indicar que as famílias em questão estão preocupadas com o futuro financeiro dos filhos e que estes acreditam que na família seja o local mais apropriado para adquirir conhecimento sobre a vida financeira, os dados da pesquisa apontam que os alunos sentem a necessidade da Educação Financeira também nas escolas, como é visto na figura 2.6.

Figura 2.6: *Você considera necessário implementar na escola uma disciplina voltada para a Educação Financeira? (Respostas dos alunos)*



Ao mesmo tempo que exprimem a necessidade de abordar a Educação Financeira, apoiado na figura 2.6, a visão dos alunos nos diz que o conteúdo de Matemática Financeira visto nas escolas possibilita uma boa Educação Financeira, o que nos leva a questionar se eles de fato sabem diferenciar Matemática Financeira de Educação Financeira. E ao que tudo indica, como bem colocado na figura 2.7, os alunos acreditam ser a mesma coisa.

Figura 2.7: Na sua opinião, o conteúdo de Matemática Financeira visto na escola possibilita uma boa Educação Financeira? (Respostas dos alunos)



Tal visão é parcialmente reforçada na opinião dos professores conforme a figura 2.8, em que 55,6% deles fazem a mesma afirmação e, do mesmo modo, apelam pela necessidade de uma boa Educação Financeira nas escolas, como bem visto na figura 2.9. Ao que tudo indica, os professores também sentem dificuldade de diferenciar tais conceitos pois se a Matemática Financeira está possibilitando uma boa Educação Financeira, então qual a necessidade de se colocar uma abordagem ainda mais significativa para tratar a Educação Financeira no contexto escolar?

Figura 2.8: Na sua opinião, o conteúdo de Matemática Financeira visto na escola possibilita uma boa Educação Financeira? (Respostas dos professores)

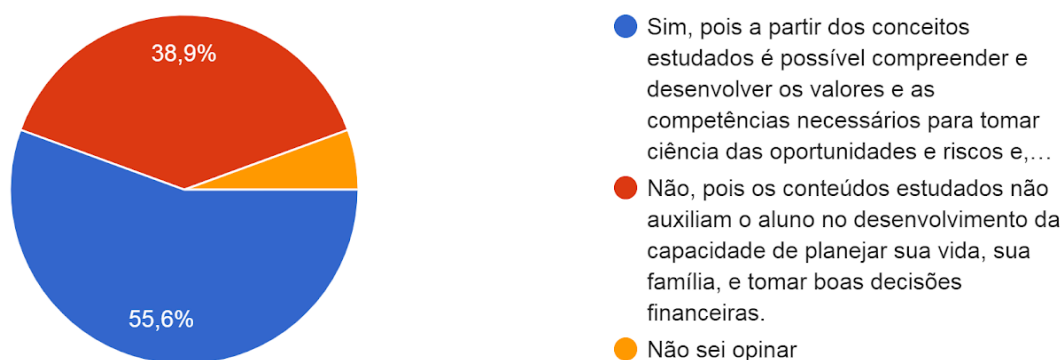
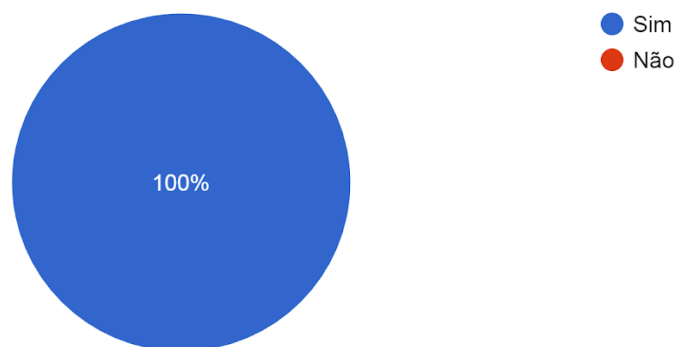
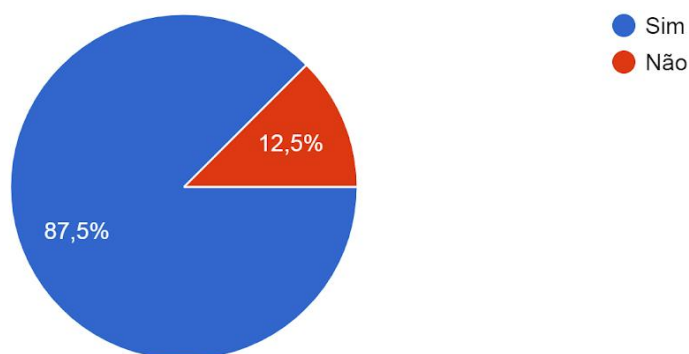


Figura 2.9: *Você considera necessário implementar uma abordagem significativa de Educação Financeira nas escolas? (Respostas dos professores)*



Isto nos leva a questionar se de fato alunos e professores compreendem verdadeiramente o conceito de Educação Financeira, ou se de fato compreendem o que é tratado de Matemática Financeira nas escolas. De acordo com a figura 2.10, 87,5% dos alunos afirmaram compreender o conceito de Educação Financeira, mas quando questionados sobre conceitos pertinentes a esse assunto, grande parte não compreendem (dados que podem ser observados na figura 2.17 que veremos mais adiante).

Figura 2.10: *Você compreende o significado de “Educação Financeira”? (Respostas dos alunos)*



Mesmo observando tal contradição, o fato é que ambos os questionários apontam para uma necessidade da introdução de uma Educação Financeira efetiva mesmo que as escolas estejam trabalhando a Matemática Financeira. Isto é um ponto positivo segundo Teixeira [33], “[...] a Educação Financeira se fortalece e ganha cada vez mais relevância. Como a Matemática Financeira é ferramental da Educação Financeira, a sua importância segue na mesma direção. Daí a preocupação com o seu aprendizado

e, em consequência, com seu ensino”. Desse modo, Matemática Financeira e Educação Financeira, quando combinadas, podem gerar frutos significativos e devem ser incorporadas pelas escolas, por isso a necessidade dos professores tomarem as devidas precauções, buscarem conhecimento e praticar hábitos financeiros saudáveis. Não somente os professores de matemática, mas os professores das demais disciplinas também devem trabalhar conceitos voltados para o tema.

Outras contradições são encontradas nas figuras 2.11, 2.12, 2.13 e 2.14 que seguem, com gráficos elaborados a partir do questionário aplicado aos professores. 88,9% dos professores afirmam que já fizeram algum tipo de empréstimo, porém 94,4% do total de professores não recomendam que outras pessoas façam empréstimos. Do mesmo modo, 66,7% dos professores assumem que usam com frequência o cartão de crédito, mas 55,6% do total de professores não recomendam que as pessoas tenham e usem o cartão de crédito. Diante dessas inconsistências fica evidenciada a necessidade de observar que projetos que abordem assuntos financeiros precisam, primeiramente, ser trabalhados de modo consistente com os educadores, capacitando-os para trabalhar a Educação Financeira de modo transversal.

Figura 2.11: *Você já fez algum tipo de empréstimo? (Respostas dos professores)*

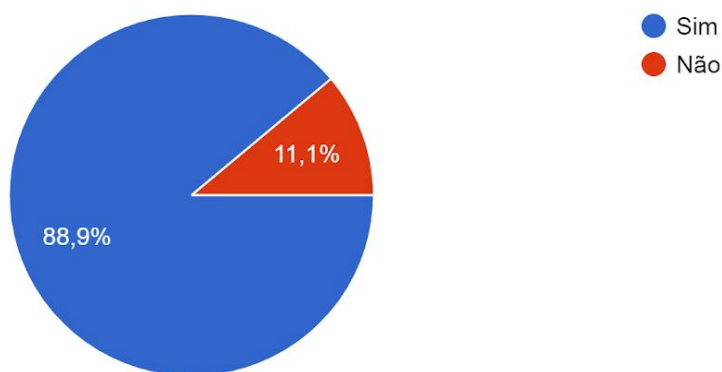


Figura 2.12: *Você recomenda que outras pessoas façam empréstimos? (Respostas dos professores)*

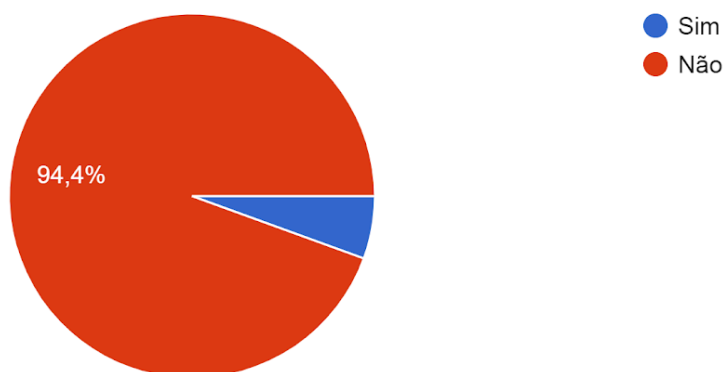


Figura 2.13: *Você usa frequentemente o cartão de crédito? (Respostas dos professores)*

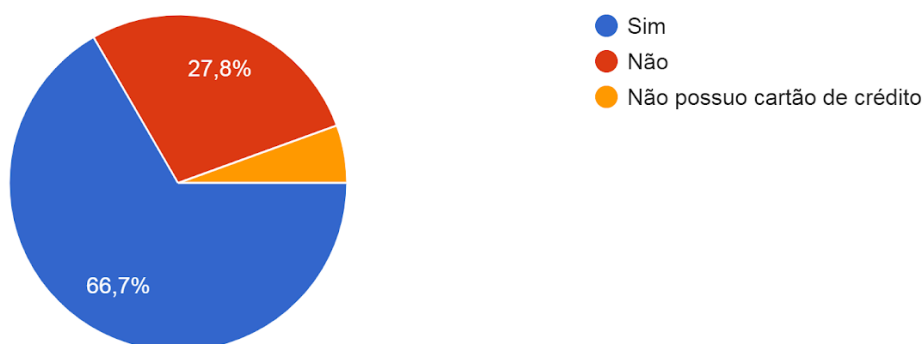
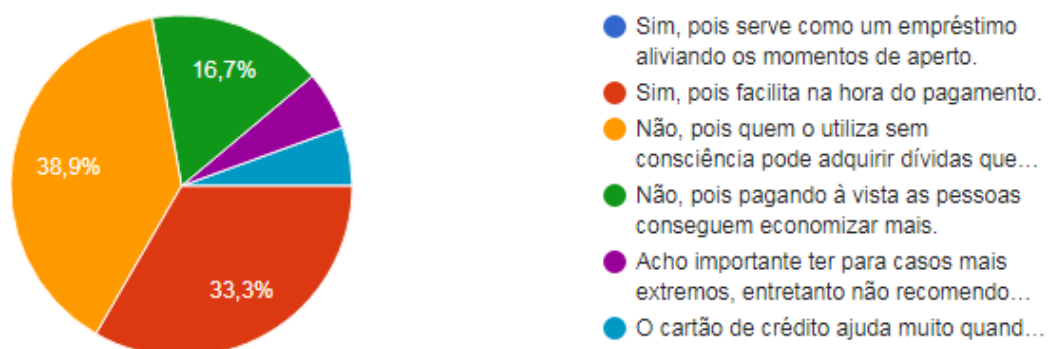


Figura 2.14: *Você acha importante que as pessoas tenham e usem o cartão de crédito? (Respostas dos professores)*



De acordo com Teixeira [33]:

Pelo fato de o ensino da Educação Financeira se encontrar em fase de implementação no Brasil, seguindo os exemplos dos Estados Unidos, Europa e Japão, se faz necessário melhorar a formação dos professores que lecionam Matemática Financeira, objetivando conectar esta disciplina à Educação Financeira.

Nesse processo, os professores serão os principais responsáveis por disseminar uma visão crítica sobre o conhecimento financeiro dos alunos e os mesmos devem estar de prontidão no que refere a disponibilidade de aprender e ensinar. Scheneider apud Teixeira [33] propõe o ensino de Matemática Financeira e Educação Financeira de forma conjunta, e aponta que:

[...]um ensino contextualizado mediante o uso de jornais e revistas, relacionados aos conceitos da Matemática Financeira que propicie uma Educação Financeira para os alunos [...] os consumidores, em geral, preocupam-se somente com o valor da parcela, se caberá ou não no seu orçamento mensal no momento da compra. Esta postura das pessoas evidenciam a falta de conhecimento dos valores efetivos que estão sendo cobrados. Certamente, se soubessem calcular a taxa de juros e verificar o valor total a ser pago até o final do prazo, teriam a possibilidade de efetuar uma compra mais consciente, negociando melhores condições, poderiam, inclusive, optar por oferecer uma entrada maior, com a consequente redução dos juros, evitando endividamentos.

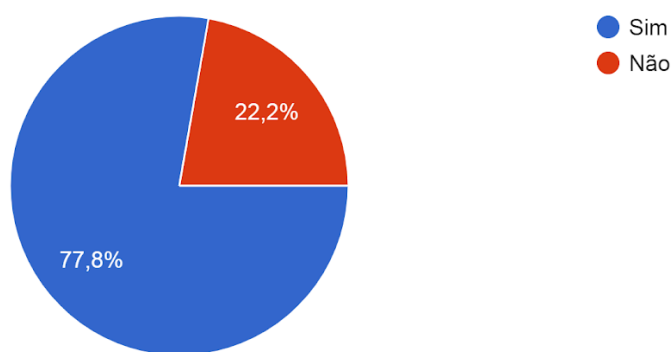
A sociedade como um todo deve ter o direito de conhecer as reais condições presentes em determinadas situações financeiras e se utilizar de conhecimentos adquiridos previamente para tomar decisões acertadas, cada qual com sua condição financeira. Teixeira [33] chama a atenção para o fato de que os consumidores “[...] poderiam, inclusive, optar por oferecer uma entrada maior [...]”, mas isso só é possível quando o consumidor dispõe de dinheiro. Contudo, o que ocorre na maioria das vezes, e principalmente, com a população mais pobre, é que optam por parcelar a compra em várias vezes porque não tem dinheiro reservado. Esse fato, também tem contribuído de forma significativa para o aumento do endividamento e da inadimplência das famílias brasileiras. Das pessoas que de fato tem condições suficientes para oferecer entradas maiores ou optar por pagar em poucas prestações, às vezes necessitam de ajuda quanto ao entendimento



de como funciona a questão do parcelamento e dos juros cobrados. Nesse sentido, a Educação Financeira volta a fazer falta à essas pessoas.

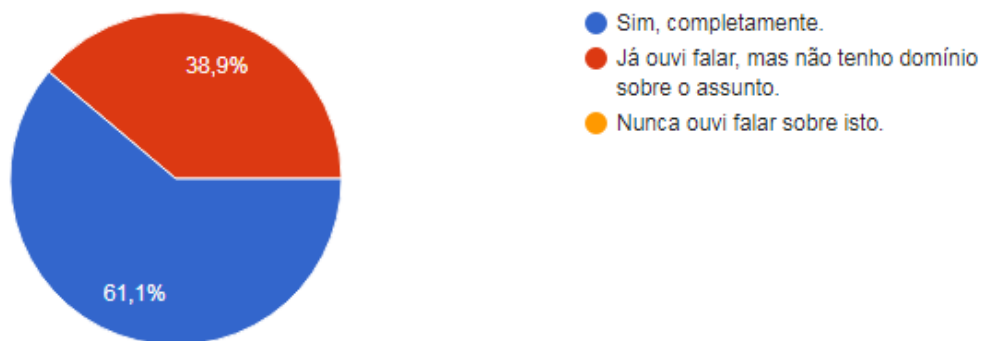
Utilizar esse tipo de situação problema nas escolas contribuiria bastante com esse tipo de decisão. Além disso, pelo que foi detectado nas respostas do questionário, de acordo com a figura 2.15, 77,8% dos professores se consideram capazes de contribuir de forma significativa com o ensino da Educação Financeira, independente da disciplina que ministram. Vale a pena ressaltar que a matemática pode propiciar as ferramentas básicas para se trabalhar com assuntos financeiros, mas não podemos considerar essas ferramentas suficientes para se ter uma boa Educação Financeira. Um choque de realidade e ponto de vistas diferentes podem fazer a diferença nesse ensino, assim deve-se assumir a Educação Financeira nas escolas como responsabilidade de todos, cada qual com sua bagagem de vida e conhecimento é capaz de contribuir para que possamos ter uma sociedade cada vez melhor. E ainda reforçamos a necessidade de os professores passarem por cursos de formação, mesmo que afirmem ter domínio dos conceitos.

Figura 2.15: *Você, independente da disciplina que ministra, se considera capaz de contribuir de forma significativa com o ensino de Educação Financeira? (Respostas dos professores)*



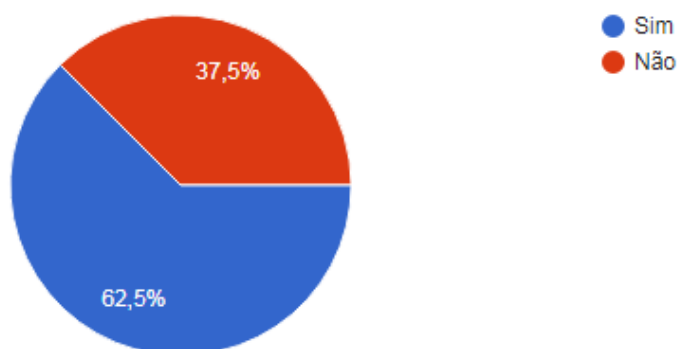
Mais uma vez fica evidente a necessidade de investir na formação do professor pois apesar deles se considerarem capaz de fazer tais contribuições, quando questionados sobre assuntos econômicos como o conceito de distribuição de renda, 38,9% deles afirmam não compreender corretamente.

Figura 2.16: *Você compreende o conceito de distribuição de renda? (Respostas dos professores)*



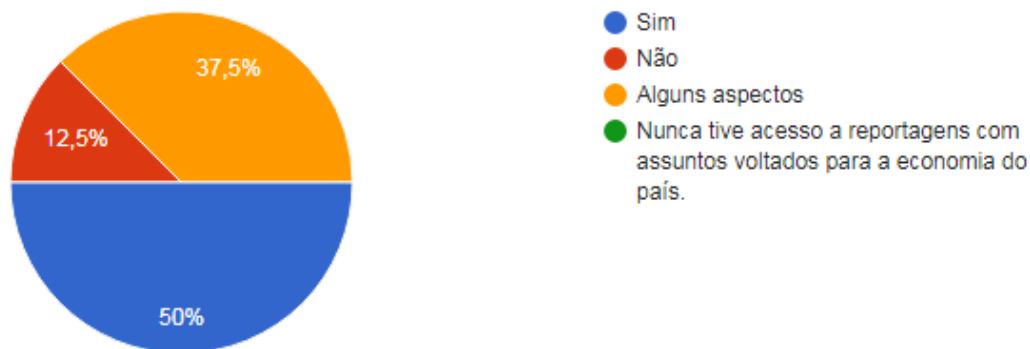
E assim como os professores, pelo que é mostrado na figura 2.17, cerca de 37,5% dos alunos também não compreendem com clareza esse significado.

Figura 2.17: *Você compreende o conceito de distribuição de renda? (Respostas dos alunos)*



Essa falta de compreensão de assuntos postos pela mídia é bastante prejudicial às pessoas, pois isso acaba fazendo com que sintam dificuldade de tomar decisões importantes na vida diária. Mas ainda sim 87,5% dos alunos se consideram capazes de compreender com segurança tais assuntos de acordo com a figura 2.18. Nela percebemos que apenas 12,5% dos alunos assumem não compreender com segurança os assuntos voltados para a economia do país.

Figura 2.18: *Quando você tem acesso a reportagens com assuntos voltados para a economia do país, você consegue compreender com segurança? (Respostas dos alunos)*



Passemos a analisar a parte final do questionário aplicado que propunha, como ponto para reflexão, que os professores descrevessem o modo como eles acreditavam que a escola poderia contribuir para que a sociedade pudesse gerir sua vida financeira de forma consciente e, conseqüentemente, o reflexo desse resultado na economia do país. Foram observadas respostas variadas, mas algumas chamaram bastante a atenção. São elas:

1. “Aulas de Matemática Financeira, aulas de Educação Financeira, educação tributária e empreendedorismo... Além de rodas de conversa, palestras e discussões acerca do tema.”
2. “Primeiramente abordando a temática consumismo e falando também sobre os veículos de comunicação, quais são meios utilizados para direcionar os clientes ao consumo. Provavelmente, menos pessoas negativadas e um crescente aumento na economia, e conseqüentemente menos impacto ambiental provocado pelo descarte de produtos considerados obsoletos.”
3. “Compreender e desenvolver os valores e as competências necessários para tomar ciência das oportunidades e riscos e, então, fazer escolhas bem informadas.”
4. “A escola que desenvolve projetos voltados para a Educação Financeira ajuda na formação de um cidadão mais crítico e informado quanto ao assunto dinheiro. As pessoas, mais bem informadas, conseguem tomar decisões mais conscientes,

contribuindo para o planejamento financeiro familiar, com uma preocupação com o futuro e investimentos.”

5. “Se não através de uma disciplina fixa, que seja pelo menos através da interdisciplinaridade envolvendo principalmente a matemática, pode ser através de palestras, EAD, projetos escolares. O resultado seria a longo prazo, mas o povo saberia administrar seus gastos, reduziria o uso de cartão de crédito e cheque especial o que geraria um reflexo no comércio, já que muitas pessoas compraram impulsionadas pelo desconto ou promoções e por fim acarretaria em uma sociedade mais consciente e menos endividada.”

Nesta última colocação o professor pressupõe que com a implementação de palestras, projetos, etc., “[...] o povo saberia administrar seus gastos [...]” . Vale ressaltar que a administração de gastos pessoais é um tema que pode e deve ser tratado nessa abordagem, visto que é um problema social. Além disso se trabalhado de forma coerente, a longo prazo poderia trazer mudanças significativas para o país. Claro que não devemos esquecer que a convivência diária com as pessoas que nos cercam influencia bastante nas tomadas de decisões financeiras, mas não podemos deixar de desempenhar nosso papel, enquanto educadores, de tentar conscientizar para a criação de hábitos financeiramente saudáveis.

Hábitos financeiramente saudáveis é apenas um dos tópicos que devem ser trabalhados no tema contemporâneo Educação Financeira, mas existem vários outros que se complementam de modo satisfatório, fazendo com que os estudantes tenham uma formação de qualidade, que os permita interagir ativamente com assuntos sociais e econômicos.

Apresentaremos a seguir assuntos que permeiam o contexto histórico e social, com problemáticas que aparecem em manchetes de jornais e revistas, merecendo maior atenção nas escolas ao abordar a Educação Financeira como tema transversal. Passaremos ao próximo capítulo buscando contribuir para uma formação mais ampla e completa do aluno em termos de Educação Financeira.

## Capítulo 3

# Assuntos a serem abordados na escola de forma transversal

### 3.1 Distribuição de renda

Muito se tem falado sobre a distribuição da renda nos últimos anos. O aumento de interesse por essa questão específica está diretamente ligado à preocupação em obter o crescimento econômico e ao mesmo tempo reduzir a desigualdade social. Na última década um comitê conjunto formado pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) foi criado e convocou os países em desenvolvimento, a aumentar os esforços para tentar atingir as metas de redução de pobreza acordadas internacionalmente, o que até os dias atuais não tem obtido grandes resultados.

O conceito econômico de distribuição, segundo Guerra [16], refere ao modo como são repartidas as riquezas e os bens socialmente produzidos entre os indivíduos e entre as diferentes camadas da população em determinada sociedade. As características dessa distribuição e os mecanismos que a influenciam variam e dependem diretamente da organização da produção e da forma de propriedade vigente em cada sociedade. Portanto, a distribuição de renda decorre do próprio processo produtivo e está relacionada com a divisão social do trabalho, ou seja, com a forma como estão distribuídos os juros, lucros, rendas, salários e a propriedade dos fatores de produção.

A produtividade de um país pode ser medida pelos fatores de produção, ou seja, por um conjunto de elementos indispensáveis para que a produção aconteça de forma satisfatória. Dentre os fatores de produção extremamente necessários destacamos o trabalho e o capital. O trabalho é medido pela quantidade de horas que as pessoas estão atuando em seus empregos, assim como o conhecimento que elas têm do que estão fazendo e da capacidade para tal. Já o capital representa investimentos e estoque de riqueza acumulado na economia. Quando os fatores de produção são utilizados de forma eficiente, aumentando a produtividade do país, o resultado é de mais renda e mais crescimento. Isto influencia diretamente no Produto Interno Bruto (PIB) do país, ou seja, na soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região durante um determinado período.

A distribuição de renda depende do funcionamento do mercado, que busca empregar os recursos de forma eficiente, mas não garante necessariamente que os recursos sejam alocados de forma justa. A renda total de um país ou região encontra-se distribuída de maneira diferenciada entre os indivíduos e diferentes classes sociais e por esse motivo, muitas vezes fica concentrada nas mãos de poucos, fazendo com que um mesmo país, por exemplo, possua riqueza e pobreza vistas de modo acentuado e contrastante. De acordo com Guerra [16], “a distribuição desigual da renda se justifica nas diferenças de capacidades, escolaridade e méritos entre os indivíduos.” Incentiva a eficiência do mercado, mas ao mesmo tempo acentua ainda mais os problemas sociais existentes em uma população. Segundo Guerra [16]:

Como resultado, muitos economistas defendem que o governo deve redistribuir a renda para alcançar uma distribuição mais igualitária do bem estar econômico. Algumas dessas políticas, como o sistema de assistência social ou o seguro desemprego, tentam apoiar os membros da sociedade que são mais necessitados. Outros, como o imposto de renda individual progressivo, fazem com que os mais ricos contribuam mais para subsidiar o estado de bem estar social.

Para realizar propostas que de fato contribuam para uma distribuição mais igualitária da renda, é preciso saber como está a concentração dessa renda e, para isso, existem métodos que permitem realizar tais medições. Um deles mede quanto o grupo formado pelos 10% mais ricos da população recebe em comparação ao grupo dos 10% mais pobres, conhecido como P90/P10 ou “10% Mais Ricos a 10% Mais Pobres”. Tam-

bém podem ser utilizados outros índices bastante conhecidos quando se trata de medir concentração de renda, que é o Coeficiente de Gini e o Índice de Theil. A seguir apresentaremos o Índice de Gini, por ser o mais conhecido.

## 3.2 Índice de Gini

O Índice de Gini, também conhecido como Coeficiente de Gini, é um instrumento matemático utilizado para medir a desigualdade social de um determinado país ou região, apontando a “diferença” entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. O coeficiente de Gini recebe esse nome em referência ao seu desenvolvedor, o matemático italiano Conrado Gini, que criou esse cálculo no ano de 1912, sob a preocupação de mensurar o quanto um determinado local pode ser igualitário ou desigual social e economicamente.

É um índice que se mostra bastante eficiente se comparado com outros, como o Produto Interno Bruto (PIB) per capita e a renda per capita, no que refere à medição da distribuição de riquezas. De acordo com Pena [24], “o cálculo do PIB leva em consideração fatores como o Consumo Familiar, o investimento privado, o gasto governamental, o resultado da Balança Comercial e a população total.” Desse modo o valor do PIB per capita é calculado através da equação:

$$X = (CF + IP + GG + BC)/PT \quad (3.1)$$

onde:

$X$  = PIB per capita

$CF$  = Consumo familiar

$IP$  = investimento privado

$GG$  = gasto governamental

$BC$  = exportações menos importações

$PT$  = população total

Analisando os dados que compõem tal cálculo é notável que, apesar de o PIB mostrar o rendimento produzido “por pessoa”, ele não leva em consideração a qualidade

de vida, a educação, a saúde, etc, e também não aponta a situação da distribuição do rendimento. O mesmo fato é observado quando calculamos a renda per capita, seu valor é obtido somando o PIB per capita com o valor obtido quando consideramos as riquezas que entram e subtraímos as riquezas que saem do território analisado. Assim, a equação é dada por:

$$Y = X + (RE - RS)/PT \quad (3.2)$$

onde:

$Y$  = Renda per capita

$X$  = PIB per capita

$RE$  = Riquezas que entram

$RS$  = Riquezas que saem

$PT$  = população total

Pena [24] destaca que,

[...] esses dados apenas mostram uma média entre a riqueza e a população, não apontando a distribuição dessa renda. Por esse motivo, é importante considerar que uma renda per capita elevada não necessariamente significa um melhor desenvolvimento da população, pois, em alguns casos, boa parte dessa riqueza encontra-se nas mãos de poucas pessoas.

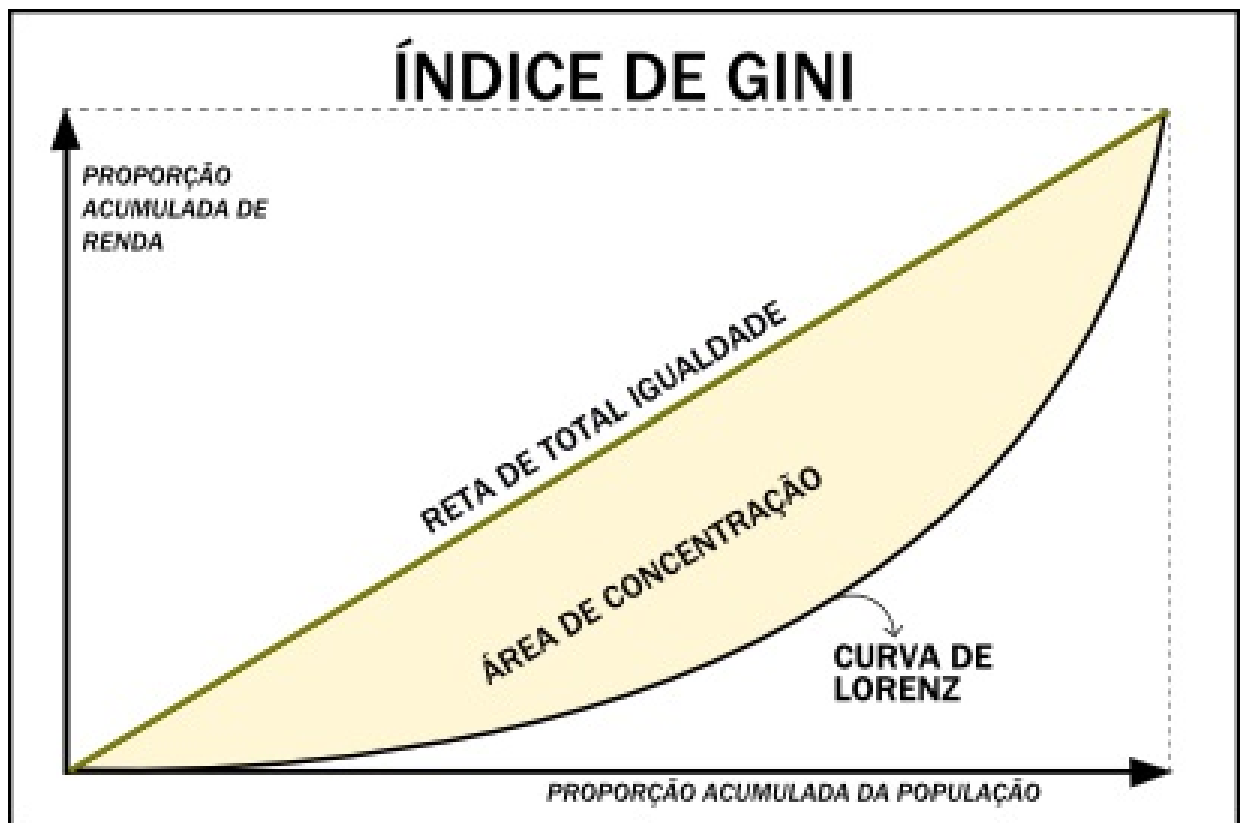
No decorrer deste trabalho, mostraremos que boa parte da renda e da riqueza do Brasil, encontra-se nas mãos de uma pequena parcela da população o que reflete numa sociedade bastante desigual. Convém então analisar minuciosamente o Índice de Gini para que possamos apontar seu valor quanto a análise de uma distribuição de renda.

A medição do índice de Gini obedece a uma escala que varia de 0 a 1, valores estes que são os extremos do intervalo de medição, mas que são valores impossíveis de serem alcançados pois sabemos que não existe uma região onde não exista desigualdade assim como também não existe lugar no mundo onde a discrepância seja total. Denotando por  $G$  tal índice, temos que  $0 < G < 1$ , nesse sentido, quanto menor é o valor numérico do coeficiente de Gini, menos desigual é um país ou localidade, e vice versa.



Graficamente, de acordo com Pena [24], “a representação do Índice de Gini é feita a partir da chamada curva de Lorenz, que mostra a proporção acumulada de renda em função da proporção acumulada da população”.

Figura 3.1: *Representação gráfica do Índice de Gini.*



Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/>

A figura 3.1 nos mostra o índice de desigualdade de renda de uma determinada localidade a partir da curva de Lorenz, de modo que, quanto mais próxima de uma reta a curvatura estiver, menos desigual será o local representado. Nesse sentido, o coeficiente de Gini representa a relação entre o valor da área de concentração (que indicaremos por  $A$ ) e a área total do triângulo retângulo formado (que denotaremos por  $A+B$ ). Assim, quanto maior é a área observada em  $A$ , maior é o coeficiente de Gini e maior a desigualdade. Seu valor é dado por:

$$G = A/(A + B) \tag{3.3}$$

onde  $G$  é o coeficiente de Gini.

Financieiro [10] nos permite ter contato com esse coeficiente por meio de um somatório da frequência da população pela renda de cada um. Utiliza-se um somatório de toda a área abaixo da curva, subtraído de 1, sendo:

$$G = 1 - \sum_{K=1}^{k=n-1} (P_{k+1} - P_k)(R_{k+1} + R_k) \tag{3.4}$$

onde:

$G$  = coeficiente de Gini

$P$  = proporção acumulada da “população”

$R$  = Proporção acumulada da “renda”

O índice de Gini possui a capacidade de mensurar a distribuição de renda, além de demonstrar uma facilidade em relação a interpretação de seus valores, permitindo assim fazer comparações entre territórios e áreas do espaço geográfico e também diferentes períodos e localidades. Apesar de se mostrar efetivamente eficiente, tal índice mensura a desigualdade de renda em termos estáticos, sem dar ênfase na oportunidade ou no potencial que um local possui em se tornar mais ou menos desigual a curto e longo prazo.

Além disso, uma boa distribuição de renda em um país, por exemplo, não corresponde necessariamente a uma justiça social, pois esse índice não leva em conta o poder de compra que uma renda pode apresentar nas diferentes partes de um mesmo território. Assim sendo, a análise do Coeficiente de Gini precisa ser muito cautelosa, considerando principalmente o contexto no qual o dado está inserido. Afinal, se um país apresenta um bom Coeficiente de Gini, mas oferece um baixo nível de oportunidades à população mais pobre, isso não significa, necessariamente, que exista uma justiça social e econômica.

### 3.3 Comparando a distribuição de renda e riqueza em diversos países

Ao analisarmos a população mundial de modo geral, no período de 2018 a 2019 a renda dos indivíduos mais ricos do planeta aumentou de modo alarmante. De acordo com a Oxfan [23], enquanto cerca de 2200 bilionários mais ricos aumentaram sua renda em 12%, 3,8 bilhões das pessoas mais pobres do planeta perderam 11% de sua renda. Isso nos leva ao questionamento sobre o modo com que a distribuição de renda é tratada em diferentes localidades.

Em grande parte dos países desenvolvidos, onde se nota um elevado desenvolvimento econômico e social, levando em consideração pontos importantes como o grau de riqueza, nível de industrialização, desenvolvimento econômico, Produto Interno Bruto (PIB), renda per capita, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), etc, a distribuição de renda é feita de modo a atender a necessidade da população como um todo, tendo em vista que o bem estar da população é a chave do desenvolvimento da nação.

Segundo Unidas [36], na pesquisa referente à concentração de renda nos países da América Latina e de alguns países desenvolvidos, segundo dados do texto “Panorama Social da América Latina 2017”, divulgado no relatório de dados, dentre os 22 países analisados, o Brasil liderava a concentração de riqueza nas mãos do 1% mais rico da população.

De acordo com informações da rede de pesquisadores, o 1% mais rico da população brasileira concentra 27,8% da renda total do país, apontam dados de 2015. Depois do Brasil, os países que mais concentram renda nas mãos do 1% mais rico são Colômbia, Estados Unidos, Argentina e Uruguai. O estudo cita tanto a média simples do período de 1990 a 2015 quanto números do último ano com dados disponíveis. Unidas [36] aponta que:

Na Colômbia, o 1% mais rico concentra 20,4% da renda do país, apontam dados de 2010, últimos disponíveis. Nos EUA, o topo da pirâmide concentra 20,2% da renda total, segundo dados de 2014, e na Argentina, 16,7%, apontam dados de 2004. No Uruguai, o 1% mais rico concentra 14%, de acordo com informações de 2012. Por outro lado, os três países que menos concentram renda entre o 1% mais rico são Holanda (6,3%), Dinamarca (6,4%), Finlândia (7,4%).

Os dados revelam que, com exceção dos EUA, a participação do 1% mais rico na renda total tende a ser maior nos países latino-americanos que nos países desenvolvidos de diferentes regiões do mundo, segundo a Cepal. O organismo internacional lembra que isso se verifica tanto ao considerar a média simples de todo o período citado, como a medição do último ano analisado. Isso se justifica principalmente porque nos países mais desenvolvidos como os acima citados, evidencia-se igualdade de oportunidades e equilíbrio entre mercado e estado. Principalmente nos países escandinavos, onde está inclusa a Dinamarca, o estado coloca impostos grandes sobre os ricos e transfere recursos para os mais pobres, fazendo com que se tenha uma distribuição de renda mais “igualitária”. Nesse sentido, Carvalho [8] garante que:

É, pois, papel do estado estabelecer o equilíbrio entre desenvolvimento e distribuição, de modo a melhorar o padrão de vida da população. Nota-se que o grau de desenvolvimento entre os países varia de acordo com fatores históricos e com a capacidade de utilização do estado e do mercado para promovê-lo. Ao compreenderem a importância de assistir aos cidadãos, muitos países acrescentaram em suas Constituições obrigações estatais relativas à geração de empregos, à assistência social e à elaboração de estratégias de desenvolvimento nacional, formulando políticas e cobrando impostos e, ao mesmo tempo, incentivando o progresso técnico através de investimentos em infra-estrutura e incentivos às empresas privadas.

Muitos países desenvolvidos tem pautado sua política na redução dos níveis de desemprego, o que resultou no crescimento com distribuição de renda e diminuição da pobreza. É o caso da Noruega, por exemplo, onde pode-se alegar que a existência de grandes investimentos em qualificação profissional e em geração de empregos, o respaldo governamental oferecido às famílias, em especial as contribuições voltadas às crianças, às pessoas com algum tipo de deficiência e às mulheres, além da variedade de

benefícios à população, contribuiu para que o país tenha uma das menores disparidades de renda do mundo. A baixa desigualdade gera benefícios para o país com aumento da mão de obra qualificada, pois as pessoas tendem a possuir um nível educacional elevado, o país apresenta igualdade de gênero, pequeno índice de desemprego e ganhos maiores de produção e produtividade do ponto de vista econômico.

Por outro lado, a desigualdade dificulta o crescimento econômico, cerceia a população de seus direitos básicos, tais como o de moradia decente, emprego formal e qualidade de vida e inibe investimentos externos no país. Desta forma, o Estado deve buscar alternativas viáveis, de acordo com suas possibilidades nacionais, para que o desenvolvimento se torne, não somente uma aspiração, mas algo concreto, que gere benefícios à população e, conseqüentemente, ao país.

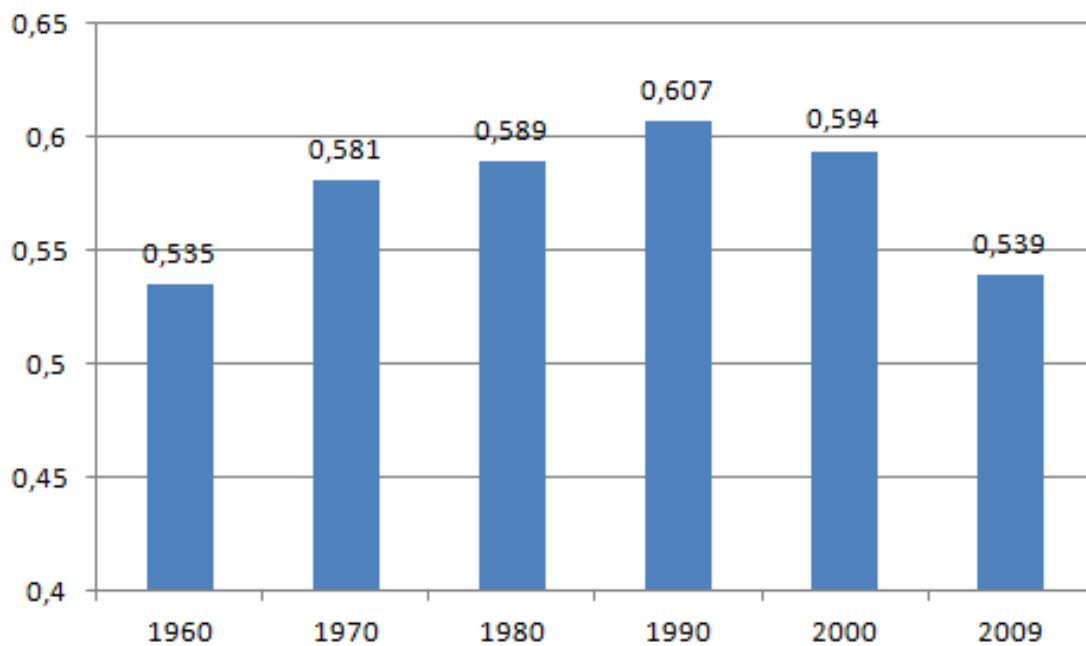
Já nos países de baixa renda per capita tentou-se conciliar o crescimento e distribuição de renda a partir de reformas institucionais na terra, da modernização da agricultura, da redução da heterogeneidade produtiva, da integração do mercado interno e da universalização da educação e de serviços sociais. Entretanto, nesses países considerados subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, a falta de oportunidades de trabalho decente e de uma política bem delineada de desenvolvimento econômico e social geraram quadros de exclusão social, agravada pela concentração de renda por pequenas parcelas da população e pelo desvio de recursos da área social, o que cria um distanciamento ainda maior em relação a uma “justa” distribuição de renda.

### **3.4 Como está distribuída a renda no Brasil?**

De acordo com Guerra [16], o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, com um enorme distanciamento entre ricos e pobres, e esses níveis extremos de desigualdades são incompatíveis com uma sociedade democrática. Dados, indicadores e reflexões sobre as desigualdades de renda, raça e gênero no Brasil contribuem com o debate público, apontando os principais problemas e pensando as melhores e mais eficientes soluções. Na história recente do país, o maior aumento na desigualdade se deu entre as décadas de 1960 e 1970, em decorrência de uma política econômica que visava concentrar a renda nas classes mais ricas para incentivar o investimento e o conseqüente crescimento da produção. Guerra [16] afirma que o governo militar reduziu os salários reais e reprimiu a

organização dos trabalhadores. O coeficiente de Gini nesse período sofreu um acréscimo de aproximadamente 0,046, partindo de 0,535 na década de 1960 e chegando a 0,581 na década de 1970, conforme a figura 3.2.

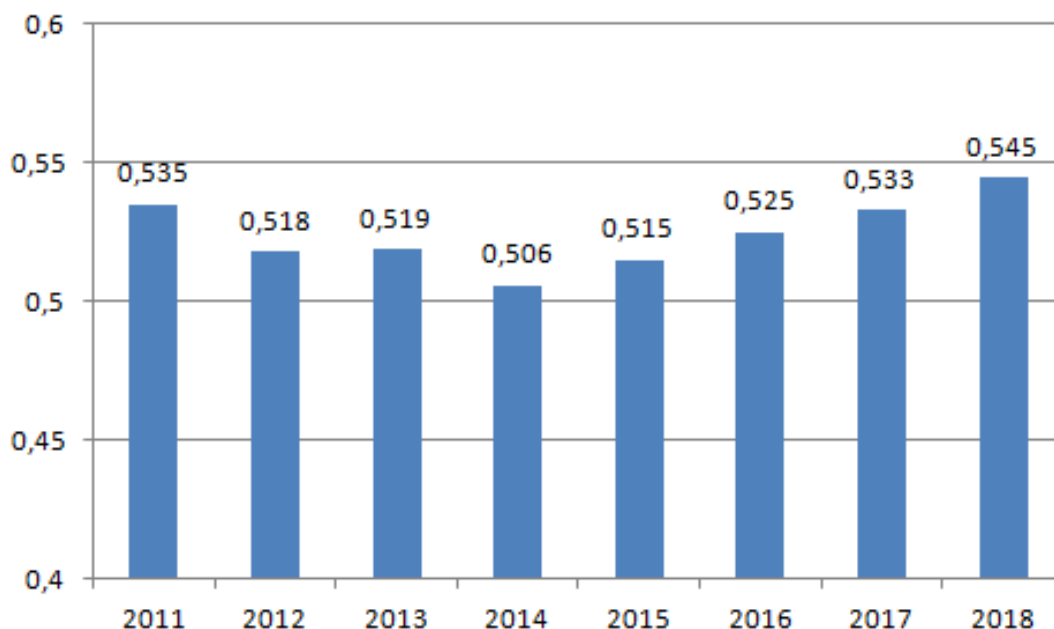
Figura 3.2: *Índice de Gini no Brasil.*



*Fonte: Dados do Ipea*

Até a década de 1990 o índice de gini continuou a crescer, chegando a medir 0,607, mas a partir da redemocratização, significativos avanços de políticas sociais acarretaram na redução do índice, que em 2009 chegou a 0,539. Se considerarmos os dados históricos para o Índice de Gini do Brasil, a partir dos dados dos gráficos, podemos ver que, a partir da década de 1990, sobretudo na entrada dos anos 2000, iniciou-se um acentuado processo de melhoria de seus números nos últimos anos do período.

Figura 3.3: Índice de Gini no Brasil.



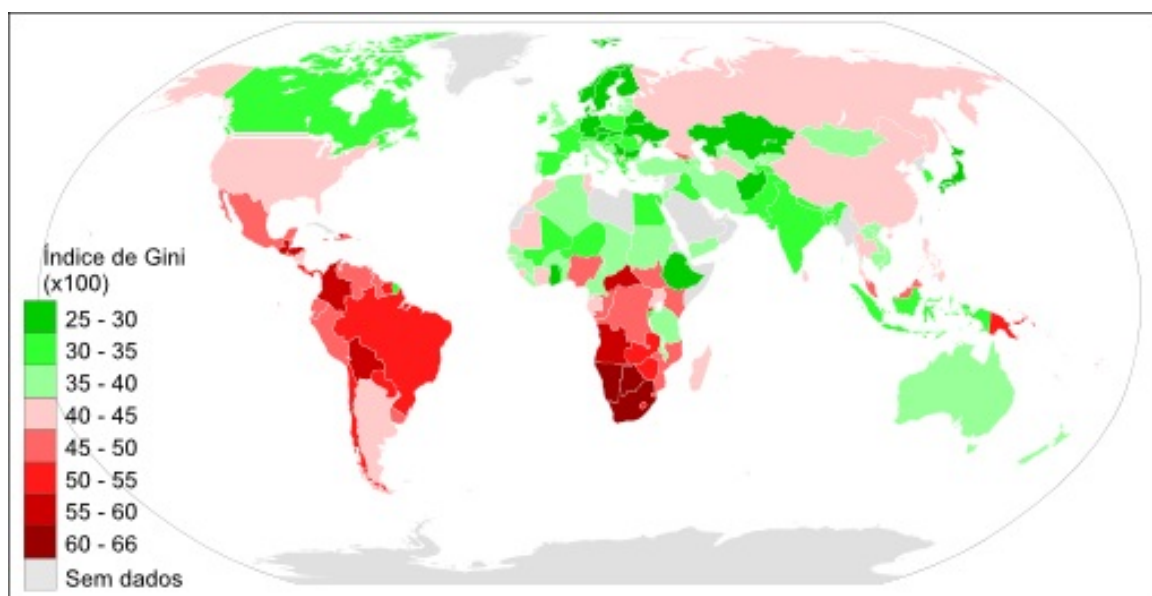
Fonte: Dados do Ipea

Em meados de 2010 o Brasil implantou políticas clássicas voltadas ao combate da miséria e ao aumento da distribuição de renda envolvendo programas de transferência como o bolsa família e a elevação do salário mínimo. O aumento do salário mínimo implica no aumento dos gastos no momento da contratação, em contrapartida eleva o poder de compra da sociedade, criando demanda para os produtos. Há, portanto, duas forças decorrentes, uma que aumenta a informalidade e outra que eleva o poder de compra.

Apesar do avanço da desigualdade social de forma geral nesse período, esse avanço é bem relativo, pois, se considerarmos a divisão territorial do trabalho entre o campo e a cidade, a diferença dos valores é enorme. No ano de 2010, segundo dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), o Índice de Gini no meio rural brasileiro era de 0,727, ao passo que o mesmo dado geral para o país era de 0,533, o que evidencia, também, a questão da concentração fundiária, de acordo com Ipea [19].

Embora observada uma diminuição da desigualdade, 0,533 é um valor bastante elevado se comparado a outros países, portanto convém analisar os valores do índice de Gini no mundo, bem como a colocação do Brasil nesse meio. Segundo Pena [24], “é complicada a realização de uma comparação global desse dado, pois não há informações sobre ele em muitos países existentes. De toda forma, apesar dos recentes avanços, o Índice de Gini do Brasil é um dos piores do mundo, muito distante dos primeiros colocados, como Hungria (0,244), Dinamarca (0,247) e Japão (0,249)”. A figura 3.4 nos mostra esse panorama mundial.

Figura 3.4: *Mapa-múndi regionalizado com base no Índice de Gini.*



Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/indice-gini.htm>

O índice de Gini é medido, no Brasil e em vários países, por instituições competentes. Uma delas é a ONU que divulga seus dados através de seu Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH). Segundo pesquisa elaborada pelas Nações Unidas, o Brasil ocupava entre 2015 e 2016 a posição de décimo país mais desigual do mundo.

Atualmente, segundo Almeida [1], de acordo com pesquisas do estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE) e a Pesquisa Nacional por Amostra Domicílios Contínua (Pnadc), que trata de todas as fontes de rendimento, divulgada pelo IBGE, o Índice de Gini vem subindo consecutivamente desde 2015 e atingiu, em março deste ano, o maior patamar desde o começo da série histó-



rica, em 2012. A desigualdade de renda dos brasileiros atingiu o maior índice registrado nesse período e chegou a medir 0,545 no ano de 2018. Tais dados são preocupantes do ponto de vista econômico, pois isso mostra que os mais ricos no país concentraram renda, enquanto os mais pobres sofrem com queda na renda e nas condições de vida, aumentando ainda mais a desigualdade social.

Almeida [1] afirma que “a renda média do 1% dos trabalhadores mais ricos subiu de R\$ 25.593 para R\$ 27.744, alta de 8,4%. Já entre os 5% mais pobres, o rendimento do trabalho caiu 3,2%. Nesse grupo, o ganho mensal baixou de R\$ 158 para R\$ 153.” A pesquisa aponta ainda que uma das razões para o aumento da desigualdade social foi o aumento da precarização do mercado de trabalho, com aumento dos empregos informais. No ano passado, eram 35,42 milhões de pessoas, em média, recorde da série histórica do IBGE. Tal fenômeno pode ter relação direta com a crise no mercado de trabalho, que afetou especialmente o extrato de trabalhadores com menor qualificação e menor remuneração. Carvalho [8] aponta que:

Em diversos países de baixa renda per capita muitas foram as tentativas de conciliação do crescimento e distribuição de renda a partir de reformas institucionais na terra, da modernização da agricultura, da redução da heterogeneidade produtiva, da integração do mercado interno e da universalização da educação e de serviços sociais. Entretanto, nesses países considerados subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, a falta de oportunidades de trabalhos decentes e de uma política bem delineada de desenvolvimento econômico e social geraram quadros de exclusão social, agravada pela concentração de renda por pequenas parcelas da população e pelo desvio de recursos da área social, o que cria um distanciamento ainda maior em relação a uma “justa” distribuição de renda.

### 3.5 Concentração de riqueza no Brasil

A concentração de renda é definida basicamente como a distribuição desigual de renda, por unidade residencial ou indivíduo, entre os diferentes participantes de uma economia. Normalmente, a concentração de renda é apresentada como uma distribuição bastante desigual da renda entre a população. A concentração de riqueza possui definição semelhante à anterior, porém, além da renda, estão inclusos patrimônios, heranças, etc...

A concentração de riqueza no Brasil chega a ser alarmante. De acordo com uma entrevista feita pela revista Carta Capital à Oxfam [23], a baixíssima tributação de heranças no país, junto com a baixa tributação de rendas altas, favorece a concentração de riqueza e a manutenção dessa concentração por gerações. De acordo com a Oxfam Brasil, “a renda concentrada e passada de pai para filho é um movimento que ocorre não somente no Brasil, mas em outros países que tributam pouco os ricos”.

A Oxfam Brasil faz parte de uma confederação global que tem como objetivo combater a pobreza, as desigualdades e as injustiças em todo o mundo, desde 2014. A Oxfam conta com 19 organizações atuando em 93 países, contribuindo para amenizar as dificuldades na vida de pessoas em situação de emergência e contribuir para a transformação social, com base nos direitos humanos e no desenvolvimento justo e igualitário.

De acordo com a entrevista, apenas cinco bilionários brasileiros possuem, juntos, o mesmo patrimônio que a metade da população mais pobre do país. Um trabalhador que recebe um salário mínimo precisa trabalhar 19 anos para ganhar o mesmo valor que um desses bilionários recebem em um único mês. Oxfam [23] destaca ainda a concentração de terras, “O Brasil necessita de uma reforma agrária, pois esta poderia quebrar com estruturas de poder econômico no país.”

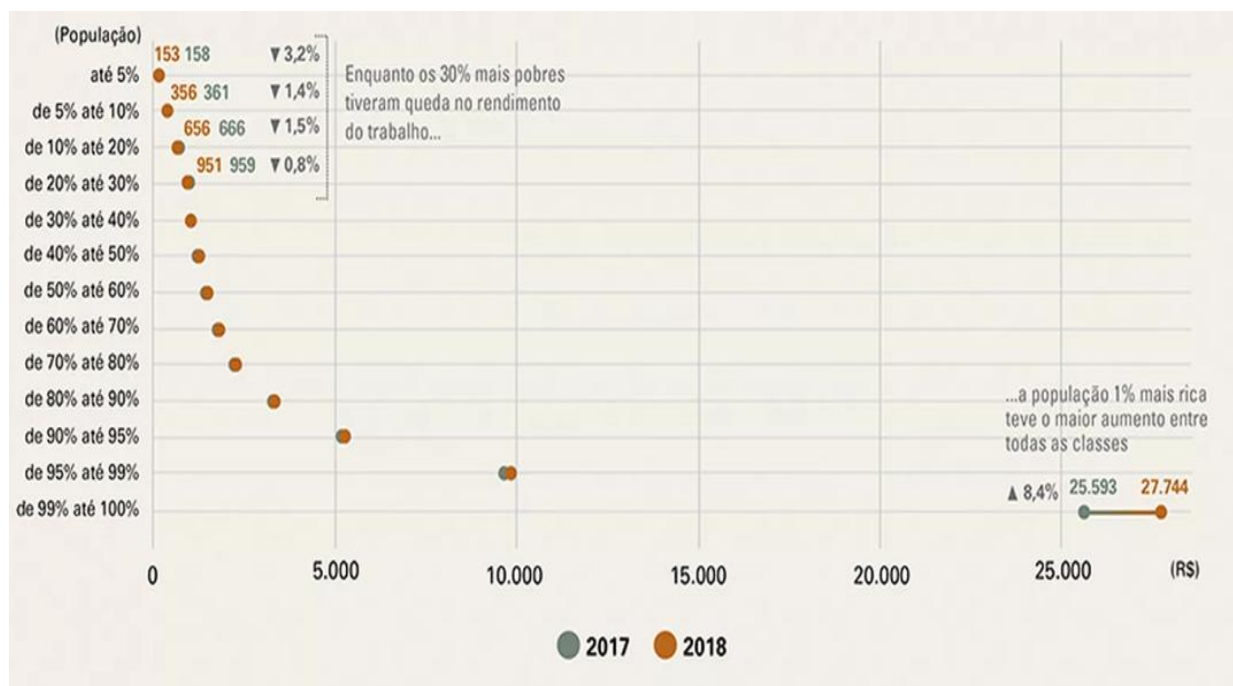
Dados do relatório Terra, Poder e Desigualdade na América Latina, da Oxfam [23], mostram que 45% de toda a área rural do país está nas mãos de menos de 1% da população. Apesar disso, mesmo sem acesso a recursos e a créditos no campo, os pequenos produtores são responsáveis por produzir boa parte dos alimentos de todo o país. E o problema não se encontra apenas no território rural.

Ao apresentar um processo de lenta retomada econômica e elevado desemprego nos últimos anos, dados de uma pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo como base a Pesquisa Mensal por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, a concentração de renda voltou a crescer e o índice que mede a desigualdade foi o maior da série histórica, iniciada em 2012.

Os números do IBGE, Segundo Gerbelli [14], mostram que o rendimento médio do grupo de 1% mais ricos do país cresceu 8,4% em 2018, enquanto o dos 5% mais pobres

caiu 3,2%, conforme mostra a figura 3.5.

Figura 3.5: *Rendimento médio mensal do trabalho: Distribuição da população por classe de renda.*



Fonte: <https://pesquisa.nac.gov.br/geral/>: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

### 3.6 Tributação sobre a renda e o consumo dos brasileiros

Existem modelos diferentes de tributação, e cada um deles beneficia uma camada social mais ou menos específica. Segundo Carvalho [8], a tributação é dita progressiva quando atinge mais fortemente as rendas mais altas, é dita proporcional quando é neutra em relação aos estratos de renda e é dita regressiva quando penaliza os mais pobres. O Brasil utiliza o modelo de tributação regressiva onde as famílias pobres gastam, em média, 32% de sua renda em pagamento de impostos, enquanto as mais ricas gastam 21%. Isso é uma decorrência do sistema tributário brasileiro, fortemente baseado em impostos indiretos, que incidem sobre o consumo, e uma baixa tributação

sobre propriedades, heranças e patrimônio em geral.

O imposto de renda, por sua vez, penaliza fortemente a classe média, pois as rendas recebidas sob a forma de distribuição de lucros e dividendos, tipicamente apropriadas pelos mais ricos, estão isentas de tributação. Por isso o pequeno grupo que ganha mensalmente mais de 160 salários mínimos paga apenas 6,5% de imposto sobre sua renda total. Essa estrutura de tributação, que resulta de decisões políticas, destoa dos padrões aplicados nos países mais ricos e contribui para concentrar a renda nacional.

De acordo com Silveira [31], uma pesquisa feita pela UHY International, rede de empresas de auditoria, contabilidade, impostos e consultoria, que tem escritórios em 95 países, o Brasil taxa pouco a renda de quem ganha muito e cita ainda que o imposto cobrado sobre a renda alta no país é 32% mais baixo que a média dos países mais industrializados do mundo, o chamado G7. O resultado disso é a alta carga tributária sobre produtos e serviços, igual para todos os consumidores, independentemente da faixa de renda, prejudicando assim quem ganha menos.

O G7 é o grupo formado pelos sete países mais industrializados do mundo sendo eles a Alemanha, o Canadá, os Estados Unidos, a França, a Itália, o Japão e o Reino Unido. Esses países são as sete economias mais avançadas do mundo, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), os quais possuem mais de 64% da riqueza líquida global. A grande riqueza líquida nacional e índice de desenvolvimento humano (IDH) extremamente elevado são algumas das principais características dos membros deste grupo. Silveira [31], nos mostra que:

Segundo o levantamento feito pela UHY International, quem ganha o equivalente a US\$ 250 mil por ano no Brasil paga US\$ 68,6 mil em impostos, uma taxa efetiva de 27,5%. Nos países do G7, o valor de impostos sobre a mesma renda é de US\$ 101,5 mil, o que representa uma taxa de 40,6%. A título de uma segunda comparação, quem ganha anualmente US\$ 1,5 milhão paga no Brasil, em média, US\$ 412,4 mil, a mesma taxa de 27,5%. Nos países do G7, a média de imposto pago sobre a mesma renda é de US\$ 661,6 mil, uma taxa de 47,9%. Nos países europeus, a taxa para essa faixa de renda é de 44,2%.

Dentre os 30 países pesquisados, o Brasil apresentou a quarta menor tributação para renda alta. “O Brasil precisa arrecadar para financiar os serviços de segurança, saúde, educação e moradia. Se a carga tributária sobre a renda é baixa, onera-se a carga tributária no consumo, uma das maiores do mundo, de aproximadamente 35% do PIB”, afirma Silveira [31].

Desse modo acabam incidindo impostos altíssimos sobre os itens de consumo dos brasileiros e ainda a taxaçoão sobre o consumo, é a mesma para todos, ricos e pobres, o que, segundo Martello [21], acaba penalizando exatamente a parcela mais pobre da população. Segundo ele, dados oficiais de 2016 mostram que a tributação sobre o consumo (bens e serviços) representou 48% de todos os impostos recolhidos no Brasil. Na média da OCDE, grupo que reúne as nações mais desenvolvidas do planeta, esse patamar foi mais baixo (33%) e, nos Estados Unidos, menor ainda: 18% do total.

Analistas afirmam, segundo Martello [21], que para reduzir a tributação sobre o consumo no Brasil deve haver uma transferência gradual dessa tributação, nos próximos anos, para outras bases, como a renda e o patrimônio. Consideram acima de qualquer coisa uma instituição de uma alíquota maior do Imposto de Renda (IR) das pessoas físicas para a parcela mais rica da população, além de aumentar os impostos sobre o patrimônio, como heranças e doações. Como exemplo, Silvieira [31] relata que “a Dinamarca tributa pessoas físicas que ganham US\$ 1,5 milhão ao ano em 53,2%, mais da metade da renda, sendo a mais alta entre os 30 países avaliados no levantamento” o que representa uma taxaçoão que permite uma distribuição mais igualitária da renda.

### 3.7 O custo de vida do trabalhador brasileiro

Segundo Carneiro [7], dados do IBGE apontam que a maior participação na composição do rendimento médio da população brasileira em 2018 vem do trabalho (72,4%), seguido por outras fontes (27,6%). Também aparecem outros rendimentos (3,3%), aluguel e arrendamento (2,5%) e pensão alimentícia (1,2%). A figura 3.6, mostra graficamente essa composição do rendimento.

Figura 3.6: *Composição do rendimento mensal.*



Fonte: IBGE

De acordo com esses dados, é possível observar que quase três quartos da renda do trabalhador brasileiro vem do trabalho, trabalho este que encontra-se cada vez mais desvalorizado se comparado com outros países. “Nosso grande problema aqui no Brasil não é o custo do trabalho isoladamente, mas a produtividade do trabalhador, que cresceu pouco nas últimas décadas” afirma Eduardo Zylberstajn, professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas, citado por Carneiro [7]. Ele afirma ainda que:

O custo da hora do trabalhador brasileiro é baixo, mas a produtividade também, o que afeta o custo total do trabalho no país. O valor da hora que a indústria paga por aqui é quase o dobro do México, mas cerca de um terço do que se vê nos Estados Unidos e em países europeus.

Atualmente no Brasil, o salário mínimo mensal vale R\$ 1045,00 para se trabalhar 8 horas diárias, ou seja, em média 176 horas mensais de trabalho. Isto significa um ganho efetivo de cerca de R\$ 5,94 por hora de trabalho. Considerando que no Brasil um pacote de arroz de 5kg custa cerca de R\$ 13,00, um trabalhador precisa trabalhar mais de duas horas para conseguir comprar um único pacote de arroz. Na Irlanda, por exemplo, o trabalhador ganha cerca de 9,55 euros por hora de trabalho e paga em um pacote de arroz de 5kg aproximadamente 7,55 euros, ou seja, com menos de uma hora de trabalho ele consegue comprar a mesma quantidade de arroz. Desse modo, podemos dizer que o custo de vida do trabalhador brasileiro é bastante elevado e o

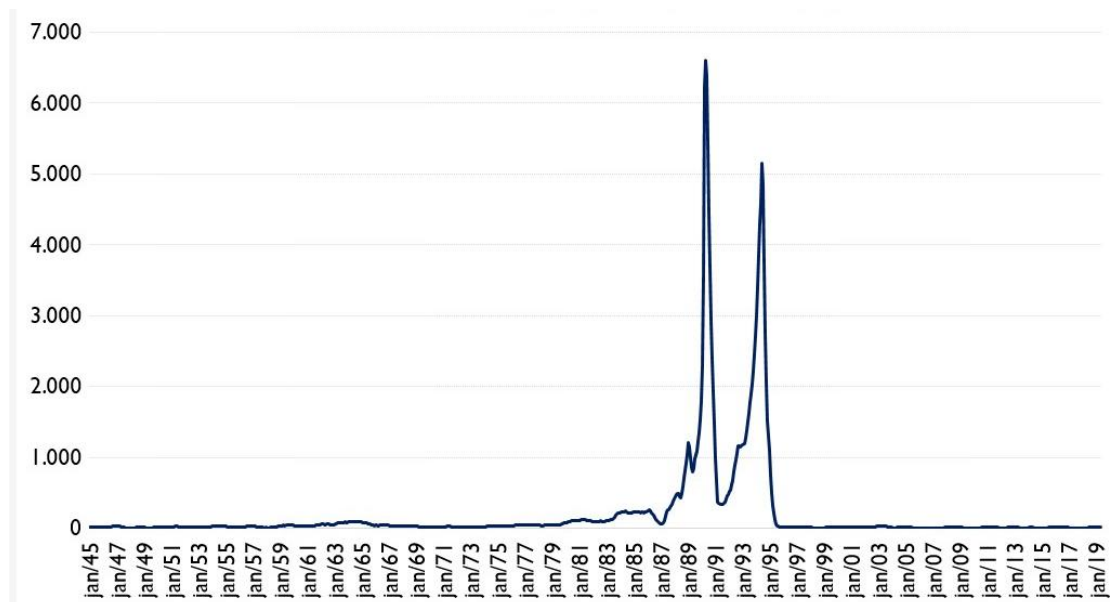
trabalho desvalorizado.

Esse imenso distanciamento do Brasil em relação aos outros países no tocante à distribuição de renda chega a ser assustador e ao mesmo tempo desmotivante. Talvez esse seja um dos motivos de termos números relevantes de pessoas saindo do Brasil para outros países em busca de melhores oportunidades. Outro fator preocupante é a proporção de pessoas que estão em situação de trabalho informal e até mesmo desempregadas. O número de pessoas cujo rendimento seja formalizado vem caindo incessantemente e esse modelo de população cada vez mais heterogênea economicamente faz com que tenhamos ainda mais miséria, pois acaba por acentuar ainda mais os agravantes sociais como queda nos níveis de saúde, educação e o aumento da criminalidade.

### **3.8 Histórico da inflação no Brasil nas últimas décadas.**

No decorrer do século XX o Brasil foi marcado economicamente por grandes mudanças geradas, principalmente, pela influência direta da inflação registrada nesse período. No decorrer dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, a ideia era proteger a economia e promover um desenvolvimento autônomo e gradual, permitindo que investidores estrangeiros pudessem investir no Brasil, fazendo com que o país recuperasse os anos de atraso da economia, mas nesse período grandes acontecimentos fizeram com que isso não fosse possível. No governo militar, principalmente entre os anos de 1969 e 1973, a economia passou por uma onda de crescimento propiciado pelo chamado “milagre econômico”. Esse progresso durou pouco tendo em vista a grande crise que afetava a economia mundial na época, o que fez com que o Brasil tivesse sérios problemas à frente.

Figura 3.7: *Evolução anual da inflação de 1945 a 2019 (%)*.

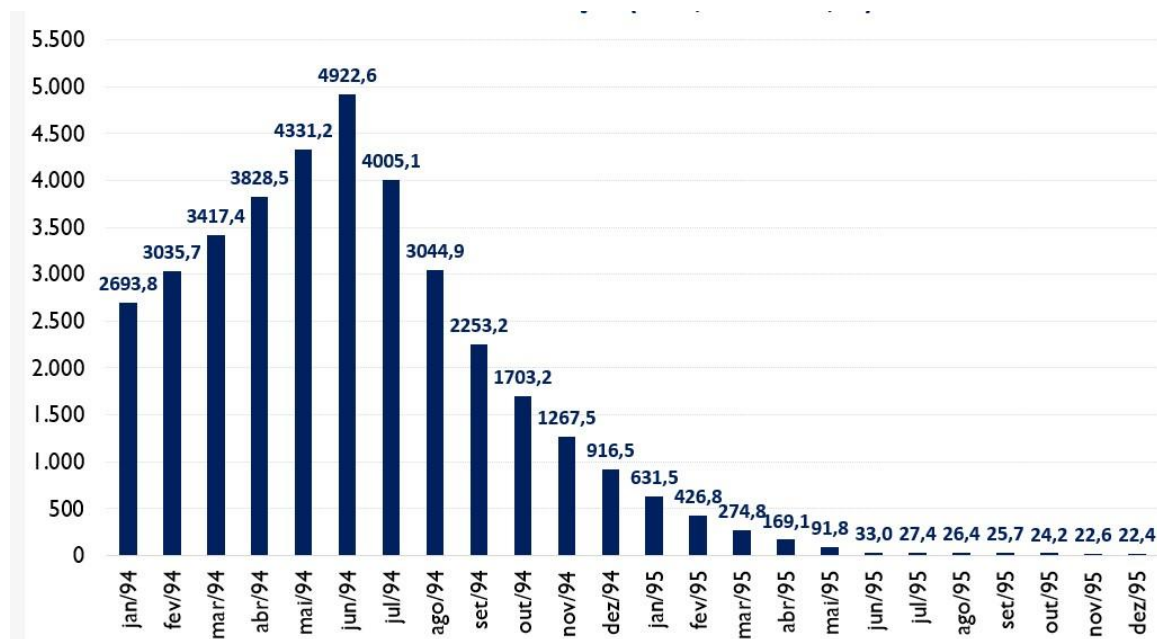


Fonte: IBGE

No final da década de 80 até a metade da década de 90, houve um grande retrocesso na economia do país que acabou transformando a inflação em algo aterrorizante aos olhos do consumidor brasileiro. A desvalorização da moeda se deu de tal forma que os produtos do supermercado, por exemplo, eram reajustados mais de uma vez ao dia. Os consumidores, com medo dos preços estarem mais altos nos dias seguintes, acabavam por estocar alimentos e outros produtos de que necessitavam para a sobrevivência. Isto ocorria quando era possível, pois devido à grande procura por mercadorias, as vendas tinham que ser racionadas para que mais pessoas pudessem ser atendidas. Muitas vezes os preços chegavam a ser congelados por alguns dias por determinação do governo, mas quando isso acontecia, os supermercados escondiam os estoques para apressar o descongelamento dos valores e garantir uma venda a preços altos. Nesse contexto de inflação exacerbada, quem lucrou bastante foram os bancos, pois estes passaram até mesmo a adquirir incentivos econômicos para abrir agências em municípios com poucos habitantes. A figura 3.8 nos mostra a evolução anual da inflação desse período.



Figura 3.8: *Evolução anual da inflação de Janeiro de 1994 a Dezembro de 1995 (%)*.



Fonte: IBGE

Durante esse período houveram tentativas de reestruturação, por parte do governo, visando a estabilidade econômica do país, dentre elas podemos citar as privatizações de empresas, a criação de diferentes moedas, o bloqueio de aplicações financeiras, confisco da poupança pelo Plano Collor etc., mas o que de fato contribuiu de forma eficaz para o objetivo inicial foi o Plano Real.

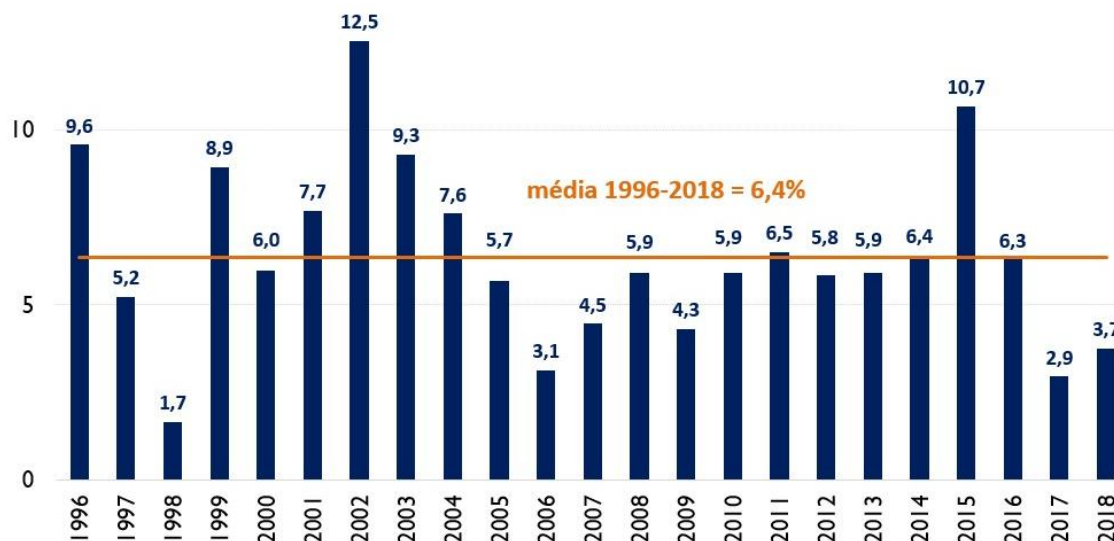
O Plano Real foi um projeto, implantado oficialmente em fevereiro de 1994 pelo presidente Itamar Franco e seu ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, a fim de colocar uma nova moeda em circulação no Brasil, com a intenção de baixar a inflação e estabilizar a economia do país. O Brasil passava por uma crise financeira gravíssima, que levou ao impeachment do então presidente eleito por voto direto Fernando Collor. O presidente Itamar franco e seu ministro Fernando Henrique decidiram dar início a um plano econômico com o objetivo de controlar a alta da inflação do país. Segundo Giambiage [15]:

O Plano Real foi originalmente concebido como um programa em três fases: a primeira tinha como função promover um ajuste fiscal que levasse ao estabelecimento do equilíbrio das contas do governo, com o objetivo de eliminar a principal causa da inflação brasileira; a segunda fase visava a criação de um padrão estável de valor denominado Unidade Real de Valor URV; finalmente, a terceira concedia poder liberatório à unidade de conta e estabelecia as regras de emissão e lastreamento da nova moeda (real) de forma a garantir a sua estabilidade.

No ano de 1994, o Plano Real propôs um projeto de reestruturação da economia nacional, baseado em uma nova moeda que levava o mesmo nome do plano e a partir desse momento, os valores associados à inflação, com pouquíssimas excessões, passaram a alcançar níveis mais baixos, elevando de forma lenta o desenvolvimento e amenizando o custo de vida da população como um todo. Após muitas tentativas e planos econômicos fracassados, o Plano Real marcou o final do período de instabilidade monetária e altas taxas de inflação que chegaram a atingir quase 5.000% ao ano, conforme mostrado na figura 3.8. Após a adoção do plano, a economia nacional e a inflação se mantiveram mais estáveis fazendo com que, mais tarde, o Brasil apresentasse melhorias sociais e com perspectiva de crescimento.

Podemos observar na figura 3.9 que a inflação voltou a ter generosas oscilações nos últimos anos, em 2015 chegou a valer 10,67%, enquanto que em 2017 o valor fechou em 2,95%, voltando a crescer e chegar ao patamar de 4,31% ao final de 2019, mas nada comparado ao que aconteceu na primeira metade da década de 90.

Figura 3.9: *Evolução anual da inflação de 1996 a 2018 (%)*.



*Fonte: IBGE*

De todas as medidas adotadas pelo governo na década de 90, a troca da moeda foi uma das mais visíveis pela população. Primeiramente, foi tirado de circulação o cruzeiro real (CR\$), depois criou-se a Unidade Real de Valor (URV), uma moeda fictícia, cujo valor, em cruzeiros reais, era estabelecido diariamente, e por último, entrou em circulação a nova moeda, o real, uma URV passou a ser igual a R\$ 1,00. Desde esse último acontecimento, medidas vêm sendo criadas para manter o nível de inflação esperado. O governo tem que fazer uso da política monetária, por meio da taxa básica de juros, a Selic, que é utilizada nas transações bancárias. Assim, caso o Banco Central (BC) observe que a inflação corre o risco de superar a meta, a tendência é elevar os juros.

A taxa de juros é um dos instrumentos que determina o nível de consumo do país e, portanto, influencia os juros de todas as operações na economia. De acordo com Uol [37], a Selic é utilizada pelos bancos como um parâmetro, pois a partir dela as instituições financeiras definem quanto vão cobrar por empréstimos às pessoas e às empresas. Caso os juros do país estejam altos, o consumidor tende a comprar menos, porque a prestação de seu financiamento vai ser mais alta. Do mesmo modo, se os

juros baixarem, o consumidor comprará mais. Nesse contexto, o único meio de manter o consumidor ativo é fazer com que o mesmo esteja sempre motivado a consumir e então passou-se a investir, fielmente, em meios de incentivos ao consumo.

Hoje em dia são inúmeras propagandas que circulam incessantemente pelos meios de comunicação, fazendo com que tenhamos a necessidade de consumir o tempo todo. Segundo Previdência [26], temos em mente que o dinheiro que ganhamos deve ser consumido rapidamente e esse modelo de pensamento vem da época em que a inflação corroía tudo e o dinheiro perdia o valor rapidamente. Mesmo atualmente, com a inflação um pouco mais controlada e com mais independência do sistema financeiro em relação aos governos, com a cultura do crédito fácil, vemos inúmeras pessoas fazerem dívidas de forma exagerada. Isso acontece, principalmente, porque grande parte da população imagina que o valor da prestação cabe no orçamento, e acabam por adquirir mais e mais dívidas.

### 3.9 Inadimplência no Brasil

De acordo com o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)[32] e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), o número de inadimplentes subiu no Brasil nestes últimos anos e, com esse crescimento, as pessoas ficam cada vez mais endividadas e sem condições de assumir tais valores. De acordo com o G1[17], “é o maior patamar desde o início da série histórica, iniciada em 2016. Com isso, 40,3% da população adulta está inadimplente no Brasil”.

Alguns dos principais motivos que contribuem para que isso aconteça é o alto índice de desemprego, acompanhado da publicidade, do crédito fácil e da ausência de uma educação financeira que acabam levando à facilidade de compra e fazendo com que as pessoas não tenham domínio sobre o que elas, realmente, podem usufruir sem causar danos ou constrangimentos aos outros e a si mesmas.

Grande parte da população brasileira tem em mente que o cartão de crédito e o cheque especial são soluções para todos os problemas e acabam usando de forma inconsciente. Dessa forma, quando chega o momento de pagar o que gastaram é que tomam ciência da dívida e, na maioria das vezes, o dinheiro que ganham acaba sendo

pouco e então quitam apenas parte da dívida. Isso faz com que juros se acumulem e a dívida cresça cada vez mais,desse modo o cliente fica sem controle de seus orçamentos e despesas. Vale a pena ressaltar que grande parte das pessoas fazem compras além do que necessitam, adquirem dívidas apenas para aproveitar a vida e as promoções. Fazem compromissos financeiros que não conseguem arcar e muitas vezes sequer ficam preocupados, visto que geralmente estar em situação de inadimplência gera poucos prejuízos ao cidadão que se encontra nesta situação.

É curioso pensar dessa forma, mas Domingos [11] alerta que, “É necessário cuidar das dívidas sem valor para não perder um bem de valor, como a casa ou o carro”. Neste caso, as dívidas consideradas sem valor são aquelas que adquirimos sem a devida necessidade, por exemplo, quando fazemos compras desnecessárias em um Shopping Center. Já as dívidas com valor são consideradas aquelas fundamentais para a sobrevivência, como o financiamento de uma casa, de um carro, etc. Ao comprar um carro financiado, por exemplo, Domingos [11] cita que devemos ter em mente que o empréstimo não inclui os gastos com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), a matrícula, o seguro privado e os custos com a manutenção do veículo, pois estas são despesas fixas que se somam aos gastos como alimentação, educação, saúde, e os imprevistos do mês. O resultado é que as contas excedem os ganhos e as pessoas ficam endividadas, pelo fato de gastar mais do que ganham.

No Brasil, não possuímos Educação Financeira nas escolas, por isso as pessoas costumam especializar-se em diversas áreas profissionais, mas não sabem como administrar o próprio dinheiro. Assim, nós brasileiros, continuamos replicando comportamentos financeiros que nos trazem sérias consequências, individuais e sociais, não apenas no presente, mas principalmente a longo prazo. Nesse sentido, convém entender melhor alguns aspectos que levam as pessoas a adquirir hábitos de consumo exacerbado.

### **3.10 Analfabetismo financeiro**

De acordo com Previdência [26], o analfabeto financeiro é aquele que não tem controle de seus ganhos e de seus gastos e, na maioria das vezes, não possui uma reserva financeira de segurança para imprevistos como doenças ou reformas. Gasta por impulso fazendo compromissos financeiros sem consciência da real necessidade do que está ad-

quirindo. Muitas vezes, utiliza cheque especial ou cartão de crédito de forma totalmente inocente, sem sequer ter condições para pagar o mesmo. É imediatista e não consegue estabelecer planos a médio prazo. Compra sempre a prazo, sem prestar atenção aos juros e sem calcular o quanto está pagando de fato no produto, preocupando-se apenas se a prestação cabe no orçamento e, na maioria das vezes, compra para depois ver se vai conseguir pagar. O analfabeto financeiro não quer saber o quanto paga de juros para não se sentir desconfortável e, em consequência desse comportamento, se endivida e acaba pagando ainda mais juros de cheque especial e cartão de crédito. Ou seja, ter conhecimentos de matemática financeira não elimina o analfabetismo financeiro.

A consequência mais visível do analfabetismo financeiro é o endividamento. Hoje 58,6% das famílias brasileiras possuem dívidas, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), elaborada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Segundo Previdência (2019), a maior parte das dívidas é concentrada no cartão de crédito. Outra consequência é a priorização do imediato e confiar que a Previdência Social vai garantir o sustento necessário no futuro. Ao não começar o mais cedo possível uma poupança previdenciária particular que garanta o custeio futuro, a população envelhece dependendo principalmente do mercado de trabalho, pois muitos dos idosos que se aposentam necessitam seguir trabalhando, muitas vezes em bicos e serviços informais, para garantir a sobrevivência.

Em uma visão mais ampla, poderíamos incluir nessas consequências os índices de suicídios por parte de quem não consegue saldar suas dívidas, os gastos com remédios para depressão e para dormir, entre outras consequências à saúde das pessoas. Os gastos devido à violência urbana também devem ser incluídos nesta listagem, uma vez que grande parte da violência gira em torno da obtenção de lucro, seja no roubo de veículos, de celulares ou de dinheiro em espécie. Como bem cita o economista Ricardo Amorim, por Previdência [26], “em um país com tantos analfabetos funcionais, não surpreende que o analfabetismo financeiro tenha proporções epidêmicas. Não é surpresa, mas é grave”. Segundo ele, “À luz da ignorância financeira, é fácil compreender como tanta gente assume dívidas impagáveis, comprometendo seu futuro financeiro”.

Existem programas cujo objetivo principal é o de produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação nos países participantes, de modo a subsidiar políticas de melhoria do ensino básico. Um deles é o Programa Internacio-

nal de Avaliação dos Estudantes (Pisa), que é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada de forma amostral a estudantes matriculados a partir do 7º ano do ensino fundamental, na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países participantes. A avaliação procura verificar até que ponto as escolas de cada país participante estão preparando seus jovens para exercer o papel de cidadãos na sociedade contemporânea. O Pisa é coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com o apoio de uma coordenação nacional em cada um dos 70 países participantes. No Brasil, a coordenação do Pisa é responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

O Brasil é o único país sul-americano que participa do Pisa desde sua primeira aplicação, tendo iniciado os trabalhos com esse programa em 1998. De acordo com dados do exame PISA, citado por Inep [20], realizado entre estudantes de 15 anos, o desempenho do Brasil em Letramento Financeiro está bem abaixo da média dos 10 países e economias da OCDE que participaram da avaliação. O desempenho médio do Brasil em Letramento Financeiro não é significativamente diferente do desempenho médio do Peru, onde o poder econômico da população está bem abaixo do Brasil. A figura 3.10 mostra os países e economias classificados em ordem decrescente da média.

Figura 3.10: *Desempenho médio em letramento financeiro.*

	Escore médio	Amplitude da classificação	% de alunos	
			Abaixo do Nível 2	Nível 5
<b>Média da OECD (10)</b>	<b>489</b>		<b>22,3</b>	<b>11,8</b>
<b>B-S-J-G (China)</b>	566	1 - 1	9,4	33,4
<b>Bélgica (Flamengo)</b>	541	2 - 3	12,0	24,0
<b>Províncias Canadenses</b>	533	2 - 3	12,7	21,8
<b>Rússia</b>	512	4 - 5	10,9	10,5
<b>Países Baixos</b>	509	4 - 6	19,2	17,5
<b>Austrália</b>	504	5 - 6	19,7	15,4
<b>Estados Unidos</b>	487	7 - 9	21,6	10,2
<b>Polónia</b>	485	7 - 9	20,1	8,0
<b>Itália</b>	483	7 - 9	19,8	6,5
<b>Espanha</b>	469	10 - 10	24,7	5,6
<b>Lituânia</b>	449	11 - 12	31,5	3,7
<b>Eslováquia</b>	445	11 - 12	34,7	6,3
<b>Chile</b>	432	13 - 13	38,1	3,1
<b>Peru</b>	403	14 - 14	48,2	1,2
<b>Brasil</b>	393	15 - 15	53,3	2,6

Fonte: OCDE 2017

Tais dados nos fazem questionar sobre a dimensão do sistema de ensino no país, os níveis de aprendizagem dos alunos, bem como a diferença entre os estados e o desempenho do Brasil em letramento financeiro em comparação com outros países, resultados que nos colocam como sujeitos de aceitação sem conhecimento. No que tange aos efeitos desse analfabetismo financeiro na população como um todo, já dizia Previdência [26]:

[...]a mesma ignorância financeira explica por que políticos mal intencionados conseguem manipular os brasileiros com seu próprio dinheiro. O mesmo sujeito que paga alimentos muito mais caros no supermercado em função de impostos elevados para bancar o custo da máquina pública sente gratidão ao político do governo, que lhe transfere uma fração do que ele pagou em impostos, através do Bolsa-Família ou qualquer outro programa público.



Muitos governantes tentam argumentar em defesa do aumento dos juros e impostos, e de reformas na previdência, mas tais justificativas são incabíveis. Um dos motivos apontados é que a expectativa de vida do brasileiro tem aumentado, com isso sobe o número de beneficiários da previdência e também o tempo que os brasileiros receberão tais benefícios, mas em nenhum momento consideram o trabalho realizado e as contribuições pagas pela população enquanto ativos. E desse modo seguimos sem questionar e aceitando quaisquer condições impostas, seguindo as regras do analfabetismo financeiro.

### 3.11 Venda do dinheiro por parte dos bancos

Os Bancos centrais são entidades das administrações públicas indiretas de cada país criados por lei específica federal integrante do Sistema Financeiro Nacional, ligado ao Ministério da Economia. São responsáveis, principalmente, por estabelecer regras e controlar o sistema financeiro geral de cada país, nesse aspecto, emitem dinheiro, apreendem recursos financeiros e regulam os chamados bancos industriais e comerciais.

O Banco Central do Brasil (BCB) foi criado em 31 de dezembro de 1964 pela Lei nº 4.595. Assim como os outros bancos centrais do mundo, o BCB é uma das principais autoridades monetárias do país. É responsável por autorizar o funcionamento das instituições financeiras, bem como exercer a supervisão, fiscalização, e intervenção das mesmas. Controlam o fluxo de capitais estrangeiro, emitem a moeda e recebem os recolhimentos obrigatórios dos bancos comerciais. De acordo com BCB [3]:

Os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, às pessoas físicas e terceiros em geral. A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica do banco comercial, o qual pode também captar depósitos a prazo. Deve ser constituído sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a expressão “Banco”.

Como bem especifica a resolução, os bancos comerciais são aqueles responsáveis principalmente por movimentar grandes quantias, fazendo com que se mantenha ou

que cresça o desenvolvimento do comércio. Oferecem serviços financeiros à população, de forma que o banco presta serviço ao cliente e este, em troca, paga pelos serviços prestados e nessa transação bilateral acabam fazendo com que a economia permaneça sempre em movimento.

Os bancos de modo geral usam o dinheiro empregado pela população nas aplicações para emprestar a outros clientes, mas existe uma discrepância enorme entre o quanto o banco paga pelo seu dinheiro e o quanto ele recebe por emprestá-lo a outros clientes, e essa é uma das formas que os bancos costumam lucrar bastante e acumular mais e mais riqueza, é o chamado *Spread* bancário. Mas existem outros meios pelos quais os bancos conseguem altos lucros, dentre eles, a taxa de juros elevada e a redução da inadimplência são fatores bastante influentes em relação a lucratividade dos bancos. E de acordo com pesquisas, esses lucros tem crescido anualmente. Freire [12] aponta que:

No segundo trimestre de 2019, os quatro maiores bancos (Itaú, Bradesco, Banco do Brasil e Santander) que atuam no Brasil lucraram juntos nada mais nada menos que 20,4 bilhões de reais. O resultado representa um crescimento de 21,3%, se comparado ao mesmo período do ano passado, e de 8,3% em relação ao primeiro trimestre deste ano.

Em um contexto de extremas mudanças pelo qual o país vem passando, baseado em diminuição de verbas, alta no índice de desemprego, diminuição dos serviços sociais prestados à comunidade brasileira, é quase que inacreditável a idéia de que os bancos tenham lucros tão exorbitantes. Isso pode ser razoavelmente explicado pelo fato de que os bancos se aproveitam da vulnerabilidade das pessoas para oferecer serviços com retornos bastante lucrativo. Prova disso é a crescente oferta de linha de crédito fácil e sem burocracia.

Segundo dados do SPC [32], grande parte dos brasileiros possuem e utilizam até mais de um cartão de crédito para pagar as contas, na ilusão de que comprando com eles terão parcelamentos, prazo para pagar, além de não precisar andar sempre com dinheiro e terem o poder de compra, mesmo não tendo condições para quitar as faturas posteriormente. Esse uso inadequado do cartão de crédito gera malefícios quase que irreversíveis ao consumidor, pois quando este não consegue quitar as faturas, o valor devido entra na linha de crédito rotativo, ou seja, é como se o cliente estivesse fazendo um empréstimo do valor a ser quitado. Essa linha de crédito é uma das que

possuem taxas mais elevadas, visto que trata-se de um crédito concedido a quem não tem garantia nenhuma para oferecer em troca. Desse modo, o cliente que não consegue dinheiro para a quitação desses valores vai adquirindo dívidas cada vez maiores que podem resultar no endividamento e até mesmo na inadimplência .

A figura 3.11 mostra os tipos de dívidas mais comuns entre a população brasileira na atualidade e pelo que se pode observar as dívidas no cartão de crédito ocupam posição de destaque, seguidas pelas dívidas com o cheque especial, etc.

Figura 3.11: *Tipo de dívidas (% de famílias)*

Outubro de 2018			
Tipo	Total	Renda familiar mensal	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Cartão de crédito	77,4%	78,3%	73,9%
Cheque especial	5,8%	5,2%	8,1%
Cheque pré-datado	1,1%	1,1%	1,0%
Crédito consignado	5,6%	5,3%	7,0%
Crédito pessoal	8,5%	8,3%	9,8%
Carnês	14,5%	15,8%	8,8%
Financiamento de carro	10,1%	8,4%	18,8%
Financiamento de casa	9,6%	7,4%	19,9%
Outras dívidas	2,9%	3,3%	1,3%
Não sabe	0,2%	0,3%	0,1%
Não respondeu	0,1%	0,1%	0,1%

Fonte: G1.globo

Observemos que boa parte das dívidas são referentes a tipos de créditos oferecidos de forma bastante facilitada pelos bancos na atualidade. Isto ilustra também alguns motivos pelos quais os bancos lucraram tanto.

### 3.12 A influência dos meios de comunicação na persuasão ao consumismo

Nos últimos tempos tem crescido bastante o acesso da população aos diferentes meios de comunicação, principalmente se compararmos as tecnologias que estão disponíveis atualmente com as disponíveis nas décadas de 80, por exemplo. Hoje em dia temos acesso fácil às informações e isso nos possibilita manter atualizados e interagir com quase tudo que acontece ao nosso redor e no mundo. Esse crescente avanço tecnológico tem também facilitado às empresas a divulgação e comercialização de suas mercadorias de um modo bastante prático, eficiente, com muito menos burocracia e isso tem se tornado fonte de persuasão para com os consumidores. Segundo Reis [27]:

Toda publicidade, portanto, é de algum modo tendenciosa, na medida em que informa com a finalidade específica de vender, de fixar uma marca ou até mesmo criar estilos de vida (e não desinteressadamente). Na comunicação publicitária sabemos que a informação não se reveste de neutralidade; ela é sempre sugestiva para atingir o seu objetivo de compra, o que, na sociedade moderna, leva-nos a reconhecer uma certa sobreposição da função persuasiva à informativa, natural dessa técnica de mercado.

Muitas empresas utilizam os meios de comunicação com vista em divulgar e vender seus produtos, muitas das vezes também os utilizam para adquirir informações sobre o grau de satisfação de seus clientes. Mas um aspecto que tem sido bastante questionado é a utilização dos mesmos para induzir os consumidores ao consumo, muitas propagandas convencem o consumidor de que é necessário adquirir o que é oferecido, colocando neles a sensação de necessidade do produto, levando-o a concluir que o consumo leva à satisfação das necessidades e à felicidade. E nesse emaranhado de propagandas, os consumidores são influenciados e direcionados a ser e praticar atos que mantenham vivos este ciclo consumista. De acordo com Cardoso e Aoki [6]:

As empresas de publicidade desenvolvem comerciais que criam a ilusão de que o consumo de determinado produto, principalmente, de determinada marca ou grife propicia a felicidade ou a sensação de pertencer a um determinado grupo social. A ideia de que o consumo de produtos de marca transforma o indivíduo em pessoa de sucesso, pois a possibilidade de poder comprar esses produtos leva à ilusão de inserção social em determinados grupos sociais.

O que se nota é que o consumidor de fato incorpora o que é proposto e se prontifica a tornar escravo voluntário do sistema, pois mesmo que não esteja sendo obrigado a adquirir o que lhe é oferecido, segue obedecendo e seguindo as regras impostas e consumindo num ciclo interminável. Esta visão é defendida fielmente por Huxley [18], na obra *Admirável Mundo Novo*, como servidão voluntária através do consumo, segundo ele, nesse modelo de vivência pela busca, o estar e o viver são apenas elementos quaisquer que não fazem sentido sem o objetivo final que é o consumir. Os laços de sentimento são inexistentes, a família se torna apenas laços sanguíneos e assim a vida se torna uma linha de produção incessante, mantendo o status de opressão e escravidão. A ideia da busca pela felicidade a qualquer preço é colocada como um ideal de vida, fazendo com que pessoas se tornem apenas peças de um quebra-cabeça, cada uma com função e lugar específico. Tentar mudar esse comportamento humano chega a ser pretensioso, mas esta é uma causa que precisa ser abraçada.

Mostrar para as pessoas que elas estão sendo enganadas não é tão simples, ainda mais quando se sentem felizes e satisfeitas com o modo como vivem. Seria necessário começar a mudar tais convicções antes mesmo delas fazerem parte efetivamente da vida das pessoas adultas. Começar a trabalhar a conscientização desse consumismo nas crianças e nos adolescentes e posteriormente questões financeiras, poderia contribuir bastante para que estas pudessem se tornar adultos mais conscientes. Seria como preparar a população para encarar os desafios do mercado financeiro e tomar decisões conscientes. É um grande desafio, mas, se queremos realmente avançar no sistema como um todo, é preciso trabalhar pela compensação da falta de igualdade de oportunidades. Assim, a BNCC [5] defende que:

A abordagem transdisciplinar contribui para que o conhecimento construído extrapole o conteúdo escolar, uma vez que favorece a flexibilização das barreiras que possam existir entre as diversas áreas do conhecimento, possibilitando a abertura para a articulação entre elas. Essa abordagem contribui para reduzir a fragmentação do conhecimento ao mesmo tempo em que busca compreender os múltiplos e complexos elementos da realidade que afetam a vida em sociedade.

Seguindo essa visão, os temas contemporâneos transversais não devem ser trabalhados de modo rígido e sistemático, sendo isolado, nas diversas áreas de conhecimento, mas sim, que eles sejam desenvolvidos de um modo contextualizado e transversalmente, por meio dessa abordagem transdisciplinar. Desse modo, o indivíduo terá a oportunidade de obter informações importantes para ter uma vida planejada financeiramente e poderá influir também pessoas de seu convívio, através do conhecimento adquirido. E para que aconteça um trabalho de qualidade, deve-se investir de modo satisfatório e contínuo na formação do professor para que este possa aprimorar suas habilidades e contribuir significativamente com o proposto.

## Considerações finais

No decorrer deste trabalho, buscamos proporcionar uma reflexão sobre assuntos econômicos, financeiros e sociais que atingem diretamente a população, mas que nem sempre são tratados pelos envolvidos como objeto de conhecimento. Tais assuntos estão postos diariamente pela mídia, mas a partir da análise dos questionários e de uma reflexão sobre a realidade que vivemos, concluímos que parte da população não tem conhecimento suficiente para interagir com tais assuntos, nem para cuidar das finanças pessoais e coletivas.

Consideramos que tais assuntos não são tratados como deveriam dentro da atual realidade das escolas brasileiras. A Educação Financeira está em fase de implementação no Brasil, porém ainda não consegue abranger assuntos situados em contextos de distribuição de rendas, bem como endividamento, inadimplência, tributações, etc.

Pesquisas mostraram o quanto a população brasileira encontra-se endividada e em situação de inadimplência e o ponto ainda mais crítico de ser observado é que as pessoas enfrentam essa situação como algo natural, que faz parte do dia a dia. Muitas vezes não conseguem compreender informações corriqueiras e muito menos aquelas que são postas nas mídias e outros meios de comunicação.

Identificamos que no meio em que vivemos as pessoas são induzidas, o tempo todo, ao mundo das compras, seja pela mídia, propagandas volantes, panfletos, etc., e isso faz com que elas comprem sem consciência do que realmente dispõe para o pagamento da dívida, mas como bem disse Tiburi [34] “poucos se ocupam em entender como as opiniões são fabricadas e vendidas como verdades no mercado das ideias”. E nesse universo consumista, sequer as crianças são poupadas. O fornecimento de crédito fácil e as opções de parcelamento também contribuem bastante para que esse mercado

consumista permaneça sempre em movimento, o que gera mudanças significativas na economia do país.

Considerando as respostas apresentadas nos questionários, é possível concluir que muitas pessoas não percebem o ciclo no qual estão envolvidas. Trabalham e recebem como salário aquilo que é imposto a elas muitas vezes por não conseguirem melhores oportunidades. Na maioria das vezes não compreendem nem questionam se realmente merecem receber o valor pago e acabam se sujeitando à situações de total desespero, por extremas necessidades, e acabam mergulhadas em dívidas. Recebem o pagamento mas na verdade quando pegam o dinheiro não ficam com nada porque já fizeram compromisso com ele todo. E na maioria das vezes tal valor não é suficiente sequer para quitar os compromissos que fizeram e assim o ciclo segue.

Embora tenhamos mostrado, no decorrer deste trabalho, que o Brasil vem evoluindo nesta questão, ainda estamos a passos lentos, tendo em vista a diversidade de ofertas de serviços financeiros. A pouca experiência da população em controlar suas finanças também contribui para isto. E se nada mudar, continuaremos inseridos nesse sistema de forma inconsciente, onde permaneceremos sem o devido entendimento para lidar com as exigências do mercado. Como já dizia Huxley, citado por Morais [22], “A ditadura perfeita terá a aparência da democracia, uma prisão sem muros na qual os prisioneiros não sonharão sequer com a fuga. Um sistema de escravidão onde, graças ao consumo e ao divertimento, os escravos terão amor à sua escravidão”.

Estaremos subordinados à condição descrita por não conseguirmos abrir os olhos para a realidade. Também não é de interesse dos governantes trabalhar para que isto aconteça. Tiburi [34] alerta ainda que somos os escravos do presente, pois continuamos seguindo o que nos é imposto sem questionamentos. Seguimos acreditando que idéias impostas pelas mídias são ideias próprias, o que remete à afirmação do autor de que “os escravos foram levados a acreditar que estão se divertindo ao serem explorados”.

Mudar todos esses fatores em uma sociedade como a nossa não é tão simples. Devem ser estudados e propostos trabalhos minuciosos de modo a construir pequenas mudanças e aos poucos aglomerar maiores resultados. É como construir um edifício, começa-se a projetá-lo e a partir daí pequenos tijolos são colocados dia a dia unindo esforços mútuos. São necessários muitos operários nesta construção, cada qual com a sua especialidade.



Assim é a proposta de trabalho que viemos defender, a implantação e desenvolvimento de uma Educação Financeira de qualidade nas escolas como tema transversal, que aborde assuntos reais voltados para a população para que esta se torne mais consciente e menos contaminada pelas falsas propagandas e/ou outras informações.

Mostramos inicialmente algumas tentativas de implementação da Educação Financeira nas escolas brasileiras. Em um estudo recente, foi encontrada uma deliberação do dia 03 de janeiro de 2020, nas novas diretrizes operacionais da rede pública (2020-2022), uma possibilidade mais concreta de efetivação dessa proposta. Seduc [29], traz um projeto voltado para estudantes de matemática dos nonos anos das escolas públicas estaduais, denominado “Aprendendo a lidar com o dinheiro”. No projeto consta que “não é um conjunto de normas e ferramentas de calcular, e sim uma leitura de realidade e planejamento de vida que os ajudarão a tomar decisões acertadas ao longo da caminhada financeira e também nas aulas do currículo ofertado[...]”.

De acordo com o projeto, será enviado material pronto para as escolas e ainda serão dadas as formações necessárias aos professores do projeto e aos coordenadores pedagógicos das escolas envolvidas. Mas o que não podemos esquecer é que para a efetivação desse projeto, o envolvimento de toda a escola se faz necessário. A visão crítica da economia mundial, da sociedade como participante ativa do mercado financeiro e midiático devem também fazer parte dessas aulas e de toda a rotina escolar. Não basta em um contexto de Educação Financeira que o aluno aprenda a simplesmente lidar com o dinheiro, para que isso seja eficaz é necessário um conhecimento mais profundo acerca dos temas que abordamos.

Aulas que trabalhem uma Educação Financeira como tema transversal podem proporcionar uma mudança de cultura e de hábitos. Elas proporcionam caminhos para que o indivíduo possa se inteirar dos acontecimentos além da sala de aula. Elas mostram a realidade na qual estamos inseridos, auxiliando as pessoas à adquirirem conhecimento dos fatos e tomarem decisões conscientes. Proporcionam uma ação mais efetiva no modo de administrar a vida pessoal e financeira, fazendo com que a população viva de forma saudável e prazerosa. Estas aulas constituem, portanto, uma ferramenta base para começar a lutar contra tantas formas de exploração comercial. Representará o caminho pelo qual deixaremos de ser uma população de omissos endividados e passaremos a ser cidadãos ativos e realizadores de sonhos.

Se queremos construir um país melhor e mais próspero, precisamos buscar meios e incentivos para possibilitar a Educação Financeira de todos os brasileiros. Esta deve ser consolidada como parte da vida escolar das crianças e adolescentes, tendo em vista que é do interesse, até mesmo de empresas, que seus funcionários tenham conhecimentos de finanças e tomem melhores decisões em suas vidas pessoais e pelas próprias empresas. Principalmente, é responsabilidade de cada um de nós buscarmos fontes de educação financeira para nós mesmos e para nossos filhos.

Finalizamos este trabalho cientes de que é apenas o início de uma proposta que pode ser aperfeiçoada. Expomos temas a serem desenvolvidos nas escolas brasileiras da educação básica de modo transversal, a fim de contribuir para uma abordagem significativa da Educação Financeira. Realizamos uma pesquisa simples, com um quantitativo reduzido de pessoas, mas fica exposta a necessidade de novos estudos para progredir no assunto. É necessário desenvolver pesquisas sequenciais maiores e mais elaboradas que englobem um número significativo de pesquisados e aponte metodologias de ensino. É preciso também que sejam elaboradas sequências didáticas que possibilitem o aprimoramento e a viabilização do trabalho do professor.

## Referências Bibliográficas

- [1] ALMEIDA, CÁSSIA; CAPETTI, PEDRO.. *Concentração de renda aumenta e Índice de Gini é o maior desde 2012, mostra pesquisa do IBGE*. O Globo, Rio de Janeiro, out.2019. Disponível em:  
<https://oglobo.globo.com/economia/concentracao-de-renda-aumenta-indice-de-gini-o-maior-desde-2012-mostra-pesquisa-do-ibge-24020415>. Acesso em 17 de Out. 2019.
- [2] ARAÚJO, FERNANDO C.; CALIFE, FLÁVIO E. *A história não contada da Educação Financeira no Brasil*, Setembro de 2010. Disponível em:  
<https://www.boavistaservicos.com.br/wp-content/uploads/2014/08/A-hist%C3%B3ria-n%C3%A3o-contada-da-educac%C3%A7%C3%A3o-financeira-no-Brasil.pdf>. Acesso em 06 de Mai. 2020.
- [3] BCB. *Educação financeira nas escolas: Desafios e caminhos*, Cidadania financeira, 2018. Disponível em:  
[https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/docs/art8\\_educacao\\_financeira\\_escolas.pdf](https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/docs/art8_educacao_financeira_escolas.pdf). Acesso em 19 de Dez. 2019.  
*Bancos comerciais*, [S.I.]. Disponível em:  
<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2FPre%2Fcomposicao%2Fbc.asp>. Acesso em 07 de Nov.2019.
- [4] BESSA, SÔNIA; FERMIANO, MARIA B.; CORIA, MARIANELA D.. *Compreensão econômica de estudantes entre 10 e 15 anos*. São Paulo. 2014. Disponível em:  
[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822014000200017](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000200017) Acesso em 05 de Mar. 2020.

- [5] BNCC. *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base*, Ensino Médio; 2017. Disponível em:  
[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC\\_EnsinoMedio\\_embaixa\\_site\\_110518.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf). Acesso em 19 de Dez. 2019.  
[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao\\_temas\\_contemporaneos.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf). Acesso em 26 de Mar. 2020.
- [6] CARDOSO, WANDERLY SUSY C.; AOKI, YOLANDA S.. *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor*. Cadernos PDE, Paraná 2014, vol.1. Disponível em:  
[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_uem\\_geo\\_artigo\\_wanderly\\_susy\\_cardoso.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uem_geo_artigo_wanderly_susy_cardoso.pdf). Acesso em 19 de Dez. 2019.
- [7] CARNEIRO, LUCIANNE. *O custo do trabalho no Brasil: salário é baixo, produtividade também*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:  
<https://oglobo.globo.com/economia/o-custo-do-trabalho-no-brasil-salario-baixo-produtividade-tambem-8246478>. Acesso em 29 de Jan.2020.
- [8] CARVALHO, MARINA. S. F. A. *As formas de distribuição de renda no cenário internacional*, Aurora, dez.2011. Disponível em:  
<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/>. Acesso em 30 de Out.2019.
- [9] CONEF. *Educação financeira nas escolas*, ensino médio, livro do professor, Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). Brasília: CONEF, 2013.
- [10] DICIONÁRIO FINANCEIRO. *Índice de Gini: o que é, índice gini do Brasil e do mundo*, Economia, [S.I.]. Disponível em:  
<https://www.dicionariofinanceiro.com/indice-de-gini/>. Acesso em 27 de Nov.2019.
- [11] DOMINGOS, REINALDO. *Livre-se das dívidas: Como equilibrar as contas e sair da inadimplência*, São Paulo, Dsop, 2012.
- [12] FREIRE, ANDRÉ. *Lucro dos Bancos dispara no governo Bolsonaro, enquanto a vida do povo trabalhador só piora*, Colunas, Brasa, Agosto de 2019. Disponível em:

- <https://esquerdaonline.com.br/2019/08/08/lucro-dos-bancos-dispara-no-governo-bolsonaro-enquanto-a-vida-do-povo-trabalhador-so-piora/>. Acesso em 27 de Nov.2019.
- [13] GARCIA, ANA CAROLINI. *Educação e Políticas Públicas na Noruega*, 2016. Disponível em:  
<https://anagarcia2410.jusbrasil.com.br/artigos/401711099/educacao-e-politicas-publicas-na-noruega>. Acesso em 17 de Dez. 2019.
- [14] GERBELLI, LUIZ GUILHERME. *Concentração de renda volta a crescer no Brasil em 2018, diz IBGE*. G1 Globo, 2019. Disponível em:  
<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/16/concentracao-de-renda-volta-a-crescer-no-brasil-em-2018-diz-ibge.ghtml>. Acesso em 22 Set. 2019.
- [15] GIAMBIAGE, F. ET AL. *Economia brasileira contemporânea [1945-2010]*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2011. Disponível em:  
[http://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Economia\\_Brasileira\\_Contemporanea/ECONOMIA%20BRASILEIRA%20CONTEMPOR%C3%82NEA%202A%20ED.pdf](http://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Economia_Brasileira_Contemporanea/ECONOMIA%20BRASILEIRA%20CONTEMPOR%C3%82NEA%202A%20ED.pdf). Acesso em 04 de Nov.2019.
- [16] GUERRA, LUIZ ANTÔNIO. *Distribuição de renda [S.I.] [2018]*. Disponível em:  
<https://www.infoescola.com/economia/distribuicao-de-renda/>. Acesso em 30 de out.2019.
- [17] G1. *Número de inadimplentes alcança o recorde de 63 milhões em março, diz Serasa*. Abril de 2019. Disponível em:  
<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/24/numero-de-inadimplentes-alcanca-o-recorde-de-63-milhoes-em-marco-diz-serasa.ghtml>. Acesso em 30 de Jan.2020.
- [18] HUXLEY, ALDOUS LEONARD. *Admirável mundo novo*, tradução VALLANDRO, Lino; SERRANO, Vidal. 22ª ed - São Paulo: Globo, 2014. Disponível em:  
<https://www.amazon.com.br/Admir%C3%A1vel-mundo-Aldous-Leonard-Huxley/dp/8525056006>. Acesso em 18 de Dez. 2019.
- [19] IPEA, COMUNICADOS DO IPEA. *A década inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de renda..* Setembro de 2012. Disponível em:

- [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925\\_comunicado155rev3\\_final.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicado155rev3_final.pdf). Acesso em 03 de Fev. 2020.
- [20] INEP. *Informe dos resultados do Pisa 2015: Resultados do Brasil na avaliação de letramento financeiro*. OCDE, 2017. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa\\_letramento\\_financeiro\\_brasil.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa_letramento_financeiro_brasil.pdf). Acesso em 31 de Out.2019.
- [21] MARTELLO, ALEXANDRO. *Propostas de reforma tributária mantém inalterado peso dos impostos sobre o consumo*, Ago.2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/25/propostas-de-reforma-tributaria-mantem-inalterado-peso-dos-impostos-sobre-o-consumo.ghtml>. Acesso em 17 de Out.2019.
- [22] MORAIS, ERICK. *Servidão voluntária: O olhar de Bauman e Huxley sobre a sociedade de consumo*, Sociedade e comportamento, 2015. Disponível em: [http://obviousmag.org/genialmente\\_louco/2015/servidao-voluntaria-o-olhar-de-bauman-e-huxley-sobre-a-sociedade-de-consumo.html](http://obviousmag.org/genialmente_louco/2015/servidao-voluntaria-o-olhar-de-bauman-e-huxley-sobre-a-sociedade-de-consumo.html). Acesso em 13 de Jan. 2020
- [23] OXFAN. *O que faz do Brasil um dos países mais desiguais?*, CartaCapital, Fev.2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-que-faz-do-brasil-um-dos-paises-mais-desiguais/>. Acesso em 13 de Out.2019.
- [24] PENA, RODOLFO. F.A. *Índice de Gini*, Brasil Escola.[S.I] 2018.Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/indice-gini.htm>. Acesso em 10 de Out.2019.
- PIB - Produto Interno Bruto*, Mundo Educação [S.I.], 2018. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/pibproduto-interno-bruto.htm>. Acesso em 20 de Nov.2019.
- [25] PLANALTO. *LEI 9.394/1996 (LEI ORDINÁRIA) 20/12/1996*. Presidência da República, Casa Civil. Dezembro de 96. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)
- [26] PREVIDÊNCIA. *Somos um país de analfabetos financeiros?*. [S.I.] Set.2018. Disponível em:

- <https://www.familiaprevidencia.com.br/blog/somos-um-pais-de-analfabetos-financeiros>. Acesso em 04 de Nov.2019.
- [27] REIS, PATRÍCIA. *Mídias e direitos da sociedade em rede*, 3º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. UFSM-RS. Maio de 2015. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/5-10.pdf>. Acesso em 18 de Dez. 2019.
- [28] SAITO, A. T. *Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil*, Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2007.
- [29] SEDUC/GO, DIRETRIZES. *Diretrizes operacionais da rede pública Estadual da Educação de Goiás 2020-2022*. Goiânia, 2020.
- [30] SILVA, ALEX FABIANO M. *A importância da matemática financeira no ensino básico*, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [https://impa.br/wp-content/uploads/2016/12/Alex\\_Fabiano\\_Metello\\_Silva.pdf](https://impa.br/wp-content/uploads/2016/12/Alex_Fabiano_Metello_Silva.pdf). Acesso em 19 de Dez. 2019.
- [31] SILVEIRA, DANIEL. *Brasileiros com alta renda são menos tributados que na média dos países mais industrializados, aponta pesquisa* Rio de Janeiro, Set.2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/09/22/brasileiros-com-alta-renda-sao-menos-tributados-que-na-media-dos-paises-mais-industrializados-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em 25 de Set.2019.
- [32] SPC. *Empréstimo em bancos e financeiras é o maior vilão da inadimplência no país, revela pesquisa CNDL/SPC Brasil*. [S.I.]. Nov.2019. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/6946>. Acesso em 06 de Nov.2019.
- 52 milhões de brasileiros usam o cartão de crédito como forma de pagamento, diz SPC Brasil*, [S.I.]. Disponível em: [https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st\\_imprensa/release\\_cartao\\_de\\_credito.pdf](https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/release_cartao_de_credito.pdf). Acesso em 26 de Nov.2019.
- [33] TEIXEIRA, JAMES. *Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e matemática financeira*, Tese de doutorado. PUC-SP 2015. Disponível em:

- <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/11025/1/James%20Teixeira.pdf>. Acesso em 08 de Jan. 2020.
- [34] TIBURI, MÁRCIA. *Escravos felizes: quando discursos prontos liberam do esforço de pensar*, Editora Bregantini, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/escravos-felizes/>. Acesso em 13 de Jan. 2020.
- [35] UNIÃO, D.O. *Deliberação CONEF no 19, de 16 de Maio de 2017, Comitê Nacional de Educação Financeira*. Disponível em: [http://www.impresnacional.gov.br/web/guest/consulta?p\\_p\\_id=101&p\\_p\\_lifecycle](http://www.impresnacional.gov.br/web/guest/consulta?p_p_id=101&p_p_lifecycle). Acesso em 17 de Dez. 2019.
- [36] NAÇÕES UNIDAS. *Entre 22 países, Brasil lidera concentração de riqueza nas mãos do 1 % mais rico*, [S.I] [2018]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/entre-22-paises-brasil-lidera-concentracao-de-riqueza-nas-maos-do-1-mais-rico/>. Acesso em 28 de Out.2019.
- [37] UOL. *Entenda a relação entre juros e inflação*, São Paulo. Abril de 2008. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/ultnot/2008/04/09/ult4294u1197.jhtm>. Acesso em 29 de Out. 2019.
- [38] VIEIRA, HENRIQUE C.; CASTRO, ALINE E.; JÚNIOR, VITOR FRANCISCO S. *XIII SemeAd, Seminários em Administração. O uso de questionários via e-mail em pesquisas acadêmicas sob a ótica dos respondentes*, Setembro de 2010. Disponível em: [http://www.pucrs.br/ciencias/viali/tic\\_literatura/artigos/outros/questionarios.pdf](http://www.pucrs.br/ciencias/viali/tic_literatura/artigos/outros/questionarios.pdf). Acesso em 07 de Jan. 2020.
- [39] VILHENA, BERNADETTE. *Cuide do futuro agora: Educação financeira infantil*. 2010. Disponível em: <http://dinheirama.com/cuide-do-futuro-agora-educacao-financeira-infantil/>. Acesso em 10 de mar.2020
- [40] VINHA, TELMA. *O papel da escola e das famílias na formação das crianças*, Fev. de 2016. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/8553/o-papel-da-escola-e-da-familia-na-formacao-das-criancas>. Acesso em 17 de Dez. 2019.



- [41] YAZBEK PRISCILA. *Brasil é o 74º país no ranking global de educação financeira*, Nov. 2015. Disponível em:  
<https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/brasil-e-o-74o-em-ranking-global-de-educacao-financeira/>. Acesso em 17 de Dez. 2019.

# Apêndice A

## Questionário para os professores

1. Você compreende o conceito de distribuição de renda?
  - a) Sim, completamente.
  - b) Já ouvi falar, mas não tenho domínio sobre o assunto.
  - c) Nunca ouvi falar sobre isto.
  
2. Você acredita que a renda do nosso país esteja bem distribuída?
  - a) Sim
  - b) Não
  
3. De que modo você acredita estar distribuídas as rendas e as riquezas do nosso país?
  - a) Está bem distribuída pois tudo que é produzido e desenvolvido no Brasil gera ganhos que beneficiam proporcionalmente a todos os brasileiros. Existe um equilíbrio, onde ricos e pobres participam ativamente dos ganhos, contando com bons incentivos sociais, principalmente no tocante a saúde e educação
  - b) A distribuição é injusta pois como bem diz o ditado "o rico cada vez fica mais rico, e o pobre cada vez fica mais pobre".
  - c) Não sei opinar sobre o assunto.
  - d) Nenhum dos itens anteriores.

4. Você já analisou cautelosamente a porcentagem de imposto de renda que é descontado mensalmente do seu salário?
  - a) Sim
  - b) Não
  
5. Você concorda com as taxas impostas pelo governo sobre seu salário e seus bens?
  - a) Sim
  - b) Não
  
6. Você sabia que mais de 40% do preço das mercadorias que você utiliza e/ou consome é voltado para o pagamento de impostos?
  - a) Sim
  - b) Não
  
7. Você reserva parte de sua renda mensal?
  - a) Sim, porém sem planos futuros.
  - b) Sim, somente quando sobra.
  - c) Sim, para investir futuramente na aquisição de bens.
  - d) Sim, para fins de aposentadoria.
  - e) Não reservo.
  
8. Em relação ao seu perfil financeiro, você se considera mais:
  - a) Gastador pois usa praticamente tudo que ganha.
  - b) Conservador pois não se arrisca para gerar rentabilidade.
  - c) Cauteloso pois faz apenas compras necessárias.
  - d) Pougador pois evita gastar as economias.
  - e) Investidor pois aplica seu dinheiro para obter uma rentabilidade maior.
  - f) "Desligado" pois não tem controle sobre seus gastos.
  - g) Outros
  
9. Você já fez algum tipo de empréstimo?
  - a) Sim

- b) Não
10. Você recomenda que outras pessoas façam empréstimos?
- a) Sim
  - b) Não
11. Você usa frequentemente o cartão de crédito?
- a) Sim
  - b) Não
12. Você acha importante que as pessoas tenham e usem o cartão de crédito?
- a) Sim, pois serve como um empréstimo aliviando os momentos de aperto.
  - b) Sim, pois facilita na hora do pagamento.
  - c) Não, pois quem o utiliza sem consciência pode adquirir dívidas que poderá não conseguir quitar
  - d) Não, pois pagando à vista as pessoas conseguem economizar mais.
  - e) Outros.
13. Os bancos brasileiros prestam serviço de qualidade aos clientes?
- a) Sim
  - b) Não
14. A seu ver, como é a relação existente entre os bancos e seus clientes?
- a) Relação troca, onde os bancos e os clientes oferecem serviços e são recompensados pelo serviço prestado.
  - b) Relação abusiva, visto que é nítida a exploração comercial existente por parte dos bancos.
  - c) Relação de companheirismo, visto que banco e cliente se ajudam mutuamente.
  - d) Relação de dependência por parte dos clientes, visto que estes estão condicionados a viver em função de empréstimos, créditos, etc.
  - e) Outros.

15. A forma como você administra seus ganhos hoje em dia tem muito a ver com o que você aprendeu com:
- a) Os pais ou familiares.
  - b) Amigos.
  - c) Escola.
  - d) Trabalho.
  - e) Cursos.
  - f) Vivências diárias.
  - g) Outros.
16. No período em que foi aluno da educação básica, você estudou Matemática Financeira?
- a) Sim
  - b) Não
17. Na sua opinião, o conteúdo de Matemática Financeira visto na escola possibilita uma boa Educação Financeira?
- a) Sim, pois a partir dos conceitos estudados é possível compreender e desenvolver os valores e as competências necessários para tomar ciência das oportunidades e riscos e, então, fazer escolhas bem informadas.
  - b) Não, pois os conteúdos estudados não auxiliam o aluno no desenvolvimento da capacidade de planejar sua vida, sua família, e tomar boas decisões financeiras.
  - c) Não sei opinar.
18. Você considera necessário implementar uma abordagem significativa de Educação Financeira nas escolas?
- a) Sim
  - b) Não
19. Você, independente das disciplinas que ministra, se considera capaz de contribuir de forma significativa com o ensino de Educação Financeira?
- a) Sim

b) Não

20. De que forma a escola pode contribuir para que a sociedade possa gerir sua vida financeira de forma consciente? E qual seria o reflexo desse resultado na economia do país?

# Apêndice B

## Questionário para os alunos

1. Onde você busca apoio na hora de tomar decisões importantes para a sua vida econômica?
  - a) Família.
  - b) Amigos.
  - c) Escola.
  - d) Outros.
  
2. Você conversa com seus pais (ou responsáveis) sobre sua vida diária e/ou sobre o seu futuro financeiro?
  - a) Sim
  - b) Não
  
3. Seus pais (ou responsáveis) conversam com você sobre a importância de gerenciar adequadamente seu dinheiro?
  - a) Sim
  - b) Não
  
4. Você compreende o significado de "Educação Financeira"?
  - a) Sim
  - b) Não

5. Você acha importante adquirir conhecimentos necessários para lidar com as próprias finanças?
- a) Sim
  - b) Não
6. Caso tenha algum conhecimento financeiro, como o adquiriu?
- a) Família.
  - b) Mídia, TV, internet, jornais.
  - c) Práticas do cotidiano.
  - d) Amigos e conhecidos.
  - e) Escola.
  - f) Trabalho, cursos.
  - g) Não tenho conhecimentos financeiros
7. Em que ambiente você apontaria como o mais apropriado para adquirir conhecimento sobre a vida financeira?
- a) Na família.
  - b) Na escola.
  - c) com os amigos.
  - d) Outros.
8. Você considera necessário implementar uma disciplina na escola voltada para a Educação Financeira?
- a) Sim
  - b) Não
9. Qual, dentre as alternativas abaixo, você considera que melhor define o motivo pelo qual devemos estudar Educação Financeira?
- a) Aprender conceitos financeiros para avaliar assuntos relacionados à economia.
  - b) Aprender formas de economizar.
  - c) Fazer uso correto do dinheiro a fim de evitar desperdícios.



- d) Adquirir conhecimento suficiente para fazer investimentos e aplicações quando possível.
  - e) Aprender a administrar minha vida financeira.
10. Que assunto financeiro é mais discutido em sua família?
- a) Contas a pagar.
  - b) Uso consciente do dinheiro.
  - c) Poupanças e/ou investimentos.
  - d) Não há diálogo sobre finanças.
  - e) Outros.
11. Quando você tem acesso a reportagens com assuntos voltados para a economia do país, você consegue compreender com segurança?
- a) Sim
  - b) Não
  - c) Alguns aspectos.
  - d) Nunca tive acesso a reportagens com assuntos voltados para a economia do país.
12. Você compreende o conceito de distribuição de renda?
- a) Sim
  - b) Não
13. Você acredita que a renda do nosso país esteja bem distribuída?
- a) Sim
  - b) Não
14. Na sua opinião, o conteúdo de Matemática Financeira visto na escola possibilita uma boa Educação Financeira?
- a) Sim, pois a partir dos conceitos estudados é possível compreender e desenvolver os valores e as competências necessários para tomar ciência das oportunidades e riscos e, então, fazer escolhas bem informadas.

- b) Não, pois os conteúdos estudados não auxiliam o aluno no desenvolvimento da capacidade de planejar sua vida, sua família, e tomar boas decisões financeiras.
- c) Não sei opinar.